



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 79

DISTRITO FEDERAL

SABADO, 21 DE JUNHO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de julho próximo, às 15 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.217, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 74, de 1958, no Senado Federal) que fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Senado Federal, em 13 de junho de 1958

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de julho próximo, às 15 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, sem prejuízo da matéria constante de outra convocação anteriormente feita, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.936, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 27, de 1958, no Senado Federal) que inclui nas funções de extranumerário mensalista das tabelas únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marítimos e Escolas Técnicas Profissionais, e dá outras providências.

Senado Federal, em 20 de junho de 1958.

Senador Cunha Mello

1.º Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles.
1.º Secretário — Senador Cunha Mello.
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.
3.º Secretário — Senador Victorino Freire.
4.º Secretário — Senador Domingos Veilasco.
1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes da Maioria

Líder: Filinto Müller.
Vice-Líderes:
Gaspar Veloso.
Lima Guimarães.
Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.
Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.
Vice-Líderes:
Mourão Vieira.
Saulo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.
DO PARTIDO REPUBLICANO
Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.
Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.
Cunha Mello.
Freitas Cavalcanti.
Victorino Freire.
Domingos Veilasco.
Mathias Olympio.
Prisco dos Santos.
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Gaspar Veloso (1).
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Lima Guimarães.
Rui Palmeira.
Atílio Vivacqua.
Lino Prestes.
(1) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.
Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Alô Guimarães.
Mendonça Clark.
Lima Teixeira (1).
Alencastro Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Juracy Magalhães.
Lino Prestes.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.
Secretário: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
Públio de Mello — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.
Mem de Sá.
Saulo Ramos.
Ezequias da Rocha.
Reginaldo Fernandes.
Secretária — Diva Gallotti.
Reuniões — Sextas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Lima Guimarães.
Onofre Gomes (1).
Paulo Fernandes.
Carlos Lindenberg.
Mathias Olympio.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger (3).
Juracy Magalhães.
Jallo Leite.

Othon Mäder.
Lino de Mattos.
Novais Filho.
Apo Moura Andrade.
Suplentes

Gaspar Veloso.
Otacílio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Lino Prestes.
Mem de Sá.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.
Secretário: Renato de Almeida Cherranont.
Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente (*).
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3 — Públio de Mello.
4 — Rui Palmeira.
5 — Saulo Ramos (**).
(*) Substituído interinamente, pelo Senador Jallo Leite.
(**) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Georgino Avelino.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 136,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
 Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
 Lamela Bittencourt.
 Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.
 Alberto Pasqualini. (1)
 Lino de Mattos.
 1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
 Reuniões — Quintas-feiras.
 Secretário — Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
 Ruy Carneiro.
 Argemiro de Figueiredo.
 Reginaldo Cavalcanti.
 Othon Mäder.
 Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
 Aarão Steinbruch — Relator Geral.
 Tarso Dutra.
 Jefferson Aguiar.
 Cunha Mello — Presidente.
 Moura Fernandes.
 Lúcio Leite.
 Silvio Sanson.
 Lourival de Almeida.
 Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
 2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
 3 — Atílio Vivacqua.
 4 — Jorge Maynard.
 5 — Lima Teixeira.
 Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
 Lima Guimarães — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Ruy Carneiro.
 Saulo Ramos.
 Gaspar Velloso.
 Lourival Fontes.
 Calado de Castro.
 Argemiro de Figueiredo.
 Alvaro Adolpho.
 Alô Guimarães.
 Mem de Sá.
 João Villasboas.
 Daniel Krieger.
 Sá Tinoco.
 Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
 Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.

Gustavo Capanema — Relator.
 Afonso Arinos — Relator.
 Bilac Pinto.
 Batista Ramos.
 Arnaldo Cerdeira.
 Felinto Müller.
 Ary Vianna.
 Cunha Mello.
 Coimbra Bueno.
 Juracy Magalhães.
 Bernardes Filho.
 Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Atas das Comissões

Comissão de Redação

141 REUNIÃO. EM 20 DE JUNHO DE 1951

(Extraordinária)

As quinze horas e cinco minutos, do dia vinte de junho, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na Sala das Comissões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Público de Melo, Presidente Eventual, achando-se presentes os Srs. Senadores Júlio Leite e Rui Palmeira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Sebastião Archer e Mourão Vieira.

E' lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Júlio Leite oferecendo a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1953, que isenta da taxa de contribuição de previdência para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas como de utilidade pública, cujas Diretorias não percebem remuneração.

As quinze horas e vinte minutos, esgotada a matéria constante de pauta, o Sr. Presidente encerra a reunião lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Relações Exteriores

ATA DA 3.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 1951

Sob a presidência eventual do Sr. Lourival Fontes, presentes os Senhores Benedito Valadares, Gilberto Marinho, Rui Palmeira e Gomes de Oliveira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Benedito Valadares apresenta parecer favorável ao Requerimento n.º 249, de 1958, em que o Sr. Novais Filho solicita autorização para tomar parte da delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, J. B. Castejon Branco, Secretário a presente ata que, uma vez assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Especial para verificar as consequências da Sêca do Nordeste

(ATA DA 2.ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 1951, ÀS 15.30 HORAS)

Sob a presidência do Senador Lima Guimarães, Presidente, presentes os Senadores Lino de Mattos, Reginaldo Fernandes, Lima Guimarães e Apolônio Salles, reúne-se a Comissão Especial para verificar as consequências da Sêca no Nordeste.

O Sr. Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente comunica que acham-se presentes, os Srs. Dinarte Mariz, Go-

Lourival Fontes.
 Gomes de Oliveira.
 Rui Palmeira.
 Moura Andrade.
 Secretário: J. B. Castejon Branco.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
 Alô Guimarães — Vice-Presidente.
 Pedro Ludovico.
 Ezechias da Rocha.
 Vivaldo Lima.
 Secretária — Diva Galloiti.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente. (**)
 Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
 Lamela Bittencourt.
 Primio Beck.
 Lino de Mattos.
 Waldemar Santos.
 Sylvio Curvo.
 João Arruda.
 Arlindo Rodrigues. (**)
 (*) Substituído temporariamente pelo Senador Gomes de Oliveira.
 (**) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.
 Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
 Calado de Castro — Vice-Presidente.
 Pedro Ludovico.
 Sá Tinoco.
 Alencastro Guimarães.
 Sylvio Curvo.
 Jorge Maynard.
 Secretária: Romilda Duarte.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
 Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
 Ari Vianna.
 Nelson Furmo.
 Calado de Castro.
 Neves da Rocha.
 Mem de Sá.
 Secretária: Ily Rodrigues Alves.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
 Neves da Rocha — Vice-Presidente.
 Waldemar Santos.
 Coimbra Bueno.
 Novais Filho.
 Secretária: Maria Cherubina Costa.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Filinto Müller.
 Secretário: José da Silva Lisboa.
 Reuniões: Quartas-feiras.

governador do Rio Grande do Norte. Sr. Monteiro Filho, representante do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Obregon de Carvalho, do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste, Dr. Aloysio Afonso Campos, Diretor do Grupo Executivo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste, Mr. G. Nunn, representante da ONU junto ao Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, Doutor Flamarion Costa, representante do Departamento Nacional da Criança, Don Elizeu Simões Mendes, Bispo de Mossoró (RGN), Dr. Luiz Alves da Guarda, representante do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas e Dr. Diogo de Gaspar, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, todos pela Comissão convidada, para se manifestarem sobre as providências que estão sendo tomadas para o amparo às populações lageladas.

E' concedida a palavra ao Senador Lino de Mattos e a outros membros presentes, conforme notas taquigráficas que se seguem:

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, gostaria de que aqui estivesse o representante do Ministério da Fazenda. Entretanto encontra-se entre nós o representante do Gabinete Civil da Presidência da República, que poderá conhecer o assunto e sobre o mesmo se pronunciar.

Um dos fatos que mais nos impressionaram foi a denúncia que recebemos, segundo a qual os fornecedores do Nordeste estariam cobrando dos flagelados vinte por cento sobre seus salários diários.

A princípio não quisemos acreditar no fato, mas, no Ceará, se não me falha a memória, na cidade de Iguaçu, e posteriormente, na Paraíba, na cidade de Souza, apodamos alguns trabalhadores, e eles, na presença de elementos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dos próprios fornecedores, afirmaram que a informação era verdadeira.

O salário que o Governo paga aos flagelados é de quarenta cruzeiros diários. Ao final de cada semana, porém, recebem eles dos fornecedores uma caderneta com vale de trinta e dois, e não de quarenta cruzeiros, sofrendo, assim, um desconto de 20%. Com este vale, vão ao armazém, ao fornecedor e de lá retiram trinta e dois cruzeiros da mercadorias. Constatamos fatos dolorosos — tendo necessidade de comprar remédios e como os fornecedores não os possuem, fazem então os trabalhadores a seguinte transação: recebem, por um dia de trabalho, quarenta cruzeiros, mas cujo vale é de trinta e dois cruzeiros. Com este vale vão ao fornecedor e adquirem as mercadorias que mais facilmente podem vender aos companheiros. Chegam a vender as mercadorias até por 15, 15 ou 20 cruzeiros. Dizem que é para comprar remédio com esse dinheiro, mas pode ser bem para "pinga".

Desgraçadamente trata-se de um ato verdadeiro. Naturalmente a responsabilidade do Poder Público se exige exclusivamente nisto: entendem os representantes governamentais, na região, que se o Governo enviar de imediato as verbas destinadas ao combate à seca em dinheiro e em espécie, de sorte a ser possível o pagamento dos trabalhadores semanalmente, isto viria a dar aqueles a possibilidade de comprar onde bem entenderem.

Portanto, a única providência do Governo será esta: apressar a remessa do dinheiro. Toda a argumentação do fornecedor é a de que arriscam com uma demora muito grande para receberem o dinheiro. Naturalmente, baseiam-se na experiência do passado. Conta-se até que fornecedores esperaram dez a quin-

ze anos para receberem o seu dinheiro. Daí por que cobram estas juros excepcionais de 20% ao dia. Aliás, esta providência já foi tomada no Rio Grande do Norte, onde não há mais fornecedores nem há exploração.

O SR. DINARTE MARIZ — Exatamente. O Poder Público ficou responsável pelo fornecimento; o DNOCS fornece batalhão por batalhão, o DNER ao DNER, evitando-se assim a exploração dos barracões. Isto está sendo feito através dos fornecedores da COAP.

O SR. APOLONIO SALLES — Lá em Pernambuco, no trecho em que o dinheiro chegou, o pagamento está sendo feito racionalmente. Se a feira local é quarta-feira, o pagamento é feito na terça-feira, possibilitando que os trabalhadores façam compras na feira. Agora, no Ceará, como em Iguaçu ou em Sobral, onde as frentes de trabalhadores são enormes, atingindo às vezes a duzentos ou trezentos mil homens, não houve queixas, apesar de termos sido advertidos para ver coisas que não estavam certas. De modo que a minha impressão é que a questão é com o Ministério da Fazenda. Ainda anteontem, conversava, na recepção no Copacabana, com o Sr. Presidente da República. Perguntou S. Ex.^a sobre a situação e mostrou a sua disposição de mandar o dinheiro para lá, o que seria a única salvação, porque com o dinheiro não haverá a burla dos vales. Todos temos boa vontade para a solução dessa crise.

O SR. DINARTE MARIZ — Minha opinião é a de que só temos um caminho, no momento: conseguir da Presidência da República a remessa imediata de uma mensagem ao Congresso, pedindo autorização para a abertura de novo crédito, porque o que a União já deve no Nordeste está acima do crédito autorizado.

O SR. APOLONIO SALLES — Já está acima dos dois bilhões de cruzeiros?

O SR. DINARTE MARIZ — Sim, a União já deve mais de dois bilhões de cruzeiros. Asseguro a V. Ex.^a que mantive palestra com um membro do Tribunal de Contas e este me informou que o Tribunal não está disposto a registrar o crédito como o Presidente pediu, mas que só o fará se vier do Congresso. Da maneira que a demora do envio da mensagem fará com que cheguemos, amanhã, a uma crise desastrosa, pior do que a que estamos vivendo.

Tivemos uma reunião para estudar a situação dos trabalhadores nos quatro Estados assolados pela seca e constatamos que esses trabalhadores vão a cerca de quinhentos mil. A União está gastando, assim, nunca menos de vinte milhões de cruzeiros diários.

O SR. LINO DE MATTOS — São, portanto, seiscentos milhões de cruzeiros por mês.

O SR. DINARTE MARIZ — No Rio Grande do Norte tivemos oitenta mil homens trabalhando, mas hoje temos apenas sessenta mil homens, menos. De maneira que diminuiu um pouco, mas, para o futuro, aumentará.

O SR. APOLONIO SALLES — No Ceará tem diminuído.

O SR. DINARTE MARIZ — Nas zonas assoladas pela seca?

O SR. APOLONIO SALLES — Mesmo nas zonas sem chuvas.

O SR. DINARTE MARIZ — Recebi reclamações de três municípios, pedindo abertura de frentes novas. O que devemos objetivar é a impor-

tância do dinheiro. Tudo gira em torno dele. Há necessidade de o Governo enviar mensagem imediata ao Congresso para a abertura de novo crédito, no mínimo de quatro bilhões de cruzeiros, porque esta seca deve custar à Nação nunca menos de dez bilhões e até agora só foi aberto o crédito de dois bilhões e pouco. Portanto, temos que caminhar com o dinheiro na frente, porque se chegar atrasado, nunca chegará.

O SR. APOLONIO SALLES — Aliás, não foram só dois bilhões de cruzeiros, se considerarmos outras verbas que foram liberadas.

O SR. DINARTE MARIZ — Mas não podemos tomar em consideração estas verbas.

O SR. APOLONIO SALLES — Peço licença para ler o seguinte telegrama, a mim dirigido, que esclarece esta parte:

"Em virtude da existência da verba de dez milhões de cruzeiros, constante do Projeto do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinada à construção da Rodovia Tabira-São José do Egito, a capacidade do emprego de três mil homens e como a dita verba ou Projeto tenha sofrido revisão de cinquenta por cento, prejudicando dessarte mil e quinhentos operários, dos dois referidos Municípios, vimos formular um apelo a V. Ex.^a no sentido de defender, perante o Exm.^o Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro de Viação e Obras Públicas, no sentido de reiniciar a prefalada verba, destinada aos mais legítimos interesses e necessidades do povo flagelado do pobre sertão. Cordiais saudações. (a) Pedro Pires."

O SR. LINO DE MATTOS — Dez milhões de cruzeiros representariam meio dia de serviço!

O SR. APOLONIO SALLES — Há, portanto, verbas aproveitáveis, que somada aos dois bilhões de cruzeiros autorizados, perfazem quatro bilhões. Não estou me opondo, absolutamente, a abertura de novos créditos. Penso que se os deve abrir.

O SR. DINARTE MARIZ — Se o dinheiro não for necessário não tem importância, não será utilizado. Sabemos, entretanto, que agora ele é necessário: a União deve mais do que os créditos abertos.

O SR. LUIZ ALVES DA GUARDA — Não só esses créditos não chegaram, como também os normais orçamentários não chegaram. Não se trata, porém, apenas do problema do dinheiro, temos que amenizar a situação do campo com a educação daquela gente. O dinheiro só não adianta.

O SR. DINARTE MARIZ — A que região refere-se V. Ex.^a?

O SR. LUIZ ALVES DA GUARDA — A do Nordeste.

O SR. DINARTE MARIZ — Ouvi do Sr. Presidente da República que as verbas para o Nordeste estavam liberadas.

O SR. APOLONIO SALLES — Liberadas estão mas, ainda, lá não chegaram. Pergunto ao Sr. Governador Dinarte Mariz se houve alguma reclamação no seu Estado? Recursos não temos. O DNOCS não tem recursos. Em Pernambuco não temos. Estamos nos mantendo através das cooperativas que lá possuímos. As verbas de fato, estão liberadas, mas lá não chegaram.

O SR. LINO DE MATTOS — No Ceará o dinheiro não chegou.

O SR. DINARTE MARIZ — Temos regiões beneficiadas, Pernambuco, por exemplo, não tem seca. Está com quinze mil homens trabalhando enquanto que no Rio Grande do Norte — com a quinta parte da popu-

lação de Pernambuco — está com setenta mil.

O SR. APOLONIO SALLES — Não estou fazendo comparação, mesmo porque, se abrissemos uma frente em Pernambuco, não teríamos setenta, mas cem mil homens.

O SR. DINARTE MARIZ — Se não tivéssemos, no Rio Grande do Norte, necessidade do serviço assistencial, não estaria aqui presente.

O SR. APOLONIO SALLES — Não estou analisando, mas dizendo, apenas que Pernambuco tem uma frente não de dez a quinze mil homens, mas teríamos, aberta uma frente, cem mil. Pelo fato de não termos aberto uma frente, não quer dizer que não temos seca.

O SR. DINARTE MARIZ — Essas frentes são obrigatórias e temos ainda reclamações de muitas outras.

O SR. LIMA GUIMARAES — (Presidente) — Temos outro problema de real importância. Tive oportunidade de observar pessoalmente a seca e o estado de penúria de viúvas, incapazes e crianças. Nas frentes de serviço, encontramos uma solução razoável, aproximada para tais casos, em que se dava às crianças certos serviços para executarem pagando-lhes meia diária; às mulheres, igualmente, determinadas tarefas. Isto vinha amenizar a penúria em que se encontravam.

Quanto ao caso das crianças pedindo ao representante do Departamento Nacional da Criança para focalizar o problema e ver se podemos contar com algo do seu Departamento, para o bem estar desses pequenos brasileiros do Nordeste. Durante o tempo em que lá estivemos, foi proibido o ingresso dos mesmos ao Serviço. Aboliram, igualmente, a colaboração das mulheres, o que tornou a miséria ainda maior. É possível que a esta hora, já se tenha restabelecido a admissão de menores ao serviço, com idade inferior a 14 anos; aliás idade mínima admitida pelas nossas leis trabalhistas é 14 anos; a situação todavia exige quebra de obediência à lei.

Este um ponto de vista que merece a atenção de todos nós no sentido de procurar-se a maneira de solucionar o problema, a meu ver um dos mais graves da realidade nordestina.

Os senhores que conhecem bem a situação, sobretudo o representante do Departamento Nacional da Criança, seriam capazes de solucionar o problema. Pediria, pois, ao Sr. Flamarion Costa sugerisse algo neste sentido.

O SR. FLAMARION COSTA — Sr. Presidente, esta a segunda vez que participei da reunião desta Assembleia. Na semana passada fui representante da LBA; hoje do Departamento Nacional da Criança. Como o nobre Senador Lima Guimarães referiu-se ao nosso Departamento, quero dizer que o mesmo encontra-se em situação de dificuldade financeira. Os recursos que temos para atendimento do Norte e Nordeste do País, foram cortados, este ano, num total de 64 milhões de cruzeiros. Estamos, portanto, sem verba para atendimento pronto e para medidas energéticas de emergência. Há cerca de vinte dias fui ao Nordeste em missão do próprio Departamento e da LBA. Estive no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba e Pernambuco.

Infelizmente, por motivo de saúde, não pude chegar ao Piauí. Acompanhado de 12 assistentes sociais, tive uma visão completa da situação da seca e do flagelo que atinge mais às crianças. No Estado do Ceará, minha impressão foi dolorosa e muito viva quanto ao drama que é do enclausamento de todos.

Como não dispomos de grandes recursos próprios, de acordo com a LBA, organizamos um plano alimen-

tar com a FISI. Valemo-nos desse acordo para dotações suplementares de leite a serem distribuídos nos Es-

tados, obedecendo não só a um programa normal, mas ainda durante o período da seca.

Assim, os Estados beneficiados partir de 1.º de julho do corrente são:

PLANO ALIMENTAR D.N. CR. — F.I.S.I. — 1958
Programa Normal

ESTADOS	Beneficiários		Leite necessário (Kg)	
	Lact. Gest. Nutrízes	Pré-esc.* 2-4 anos	Lact. Gest. Nutrízes	Pré-escolares
Piauí	15.000	5.000	389.340	44.000
Ceará	36.000	15.000	717.552	162.000
Rio Grande do Norte	22.000	6.000	478.368	64.800
Paraíba	16.000	8.000	322.536	86.400
Pernambuco	36.000	20.000	717.552	216.000
TOTAL	125.000	54.000	2.583.348	573.200

Quando se instalou a seca o FISI e o DNC concordaram em fornecer do programa normal as cotas abaixo:

Ceará:

DEC — 80 toneladas (cota de um mês).

DNOCS — 100 tambores, para os postos de emergência já em funcionamento.

Rio Grande do Norte:

DEC — 50 toneladas (cota de um mês).

Paraíba:

DEC — 30 toneladas (cota de um mês).

Pernambuco:

DEC — 60 a 70 toneladas (cota de um mês).

Considerando a gravidade da situação e a boa vontade da Chefia da Missão, pleiteamos cotas suplementares para os Estados mencionados.

Chamado por duas vezes ao gabinete do Sr. Ministro da Saúde, expusemos o assunto em tela, confirmando S. Ex.^a em Aviso à Missão, a solicitação dessas cotas, assim especificadas: "Ceará, para mais 34.000 beneficiários 1.440.000 libras; Rio Grande do Norte para mais 22.000 beneficiários 900.000 libras; Paraíba, para mais 8.000 beneficiários 300.000 libras; Pernambuco, para mais 14.000 beneficiários 700.000 libras. — Total 3.340.000 libras.

As cotas supra já foram programadas e estão sendo recebidas para 10 meses.

Já se encontra na cidade de Tutóia, no Maranhão, 70 toneladas de leite destinadas ao Piauí, e chegarão mais 200 toneladas dentro de poucos dias.

O Estado de Pernambuco, por exemplo, ficará com um aquota normal para atendimento de 68.000 beneficiários, entre mães, gestantes, nutrízes e crianças até a idade pré-escolar.

Era esta a cooperação do Departamento. Não satisfeito ainda de que esse entendimento fosse estabelecido, apenas, com autoridades estaduais tivemos contato, então, com outras autoridades da Federação e outros órgãos como o DNOCS, o DNER, o Batalhão de Engenharia, o DER e os próprios Bispos da Igreja Católica.

Das quotas complementares citadas, fizemos uma distribuição a estes diferentes órgãos que teriam fonte de trabalho com capacidade para atender às mães, crianças, esposas ou filhos dos possíveis trabalhadores. Não obstante isso, quando soubemos que os menores de 14 anos e as mulheres haviam sido dispensados, apelamos para que fossem readmitidos, para melhor ajuda às famílias.

Não tendo recursos para o atendimento, o Departamento tomou essas providências e o DNOCS prontamente aquiesceu. Estamos enviando quotas de leite para todos os Estados, para abastecimento normal durante 10 meses. Novas quotas devem chegar em agosto próximo, estendendo-se esse programa até a Bahia.

Faço um apelo especial para que no ano vindouro o Departamento possa contar com a verba de 64 milhões e 500 mil cruzeiros, que foi cortada, e este seria o momento oportuno para ser aplicada em uma determinada região.

Quando estive em Pernambuco, tomei parte em uma reunião de trabalhadores na qual estavam presentes dois deputados. O assunto foi discutido exaustivamente até às duas horas da madrugada. A própria bancada de Pernambuco prometeu que no ano vindouro enviares esforços para que o Departamento Nacional da Criança, destinado ao amparo e desenvolvimento físico da criança, especificamente no Nordeste, fosse melhorado em tempo oportuno.

O SR. APOLÔNIO SALLES — Posso dar meu testemunho. Quando che-

gamos à trágica e dramática hospedaria de Fortaleza estavam distribuindo a merenda às crianças e fornecendo leite FISI em abundância.

O SR. FLAMARION COSTA — Infelizmente, há, ainda, o problema da educação do povo. Muitas mães, por exemplo, tinham a impressão de que não deveriam dar leite em pó às crianças porque as mesmas estavam habituadas ao leite de vaca e de cabra. Tivemos que organizar um programa de trabalho na Hospedaria Getúlio Vargas.

O SR. APOLÔNIO SALLES — Verificamos que a alimentação na Hospedaria Getúlio Vargas era suficiente. Faltava, apenas, espaço, organização e eliminação dos exploradores. Tanto assim que um dos Diretores, por experiência, fechou o recinto, proibindo a entrada de pessoas estranhas e, de um dia para outro, sobraram 1.200 refeições. Verificou-se, assim, que, entre os verdadeiros necessitados, havia os exploradores de sempre.

O SR. PRESIDENTE — Há uma consideração a fazer. O necessário é o alimento, a maneira de suprir a miséria daquela gente. Se realmente o Departamento Nacional da Criança e a Legião Brasileira de Assistência não dispõem de numerário suficiente para atender a todos, desta verba que vamos pleitear, uma parte deve ser dada a esse Departamento, a fim de que possa canalizar para aquela região o leite necessário.

DOM ELIZEU SIMÕES MENDES (Bispo de Messorá — RGN) — Segundo estou informado, e conforme declaração do próprio Sr. Flamarion Costa, a Legião Brasileira de Assistência deveria receber do Ministério da Fazenda, uma verba de 100 milhões de cruzeiros a que tem direito. Já houve providência por parte do Senhor Presidente da República nesse

sentido. A Legião Brasileira de Assistência, entretanto, não pôde cumprir a tarefa que lhe incumbia por não ter sido feito o pagamento. Assim deve ser providenciado o recebimento dessa verba e, também, uma dotação que tenha efeito complementar para o desenvolvimento do programa do Departamento.

O SR. INO LDE MATTOS — Tenho para mim que a solução seria o Sr. Presidente da República avocar para o seu Gabinete essas providências todas. Segundo nos declarou Dom Elizeu Simões Mendes, o Senhor Presidente da República já deu ordens para a remessa de 100 milhões de cruzeiros; entretanto, a Legião Brasileira de Assistência não recebeu a importância. Soubemos, igualmente, que o Chefe da Nação deu ordens ao Sr. Ministro da Fazenda para que esse crédito extraordinário, mesmo orçamentário, não sofresse atraso e fosse encaminhado imediatamente para a Legião, a fim de evitar exploração. O que verificamos no Nordeste é que esse dinheiro não chega, ou chega irregularmente. Por exemplo: o Departamento de Obras Contra as Secas de Pernambuco recebeu o dinheiro; o do Rio Grande do Norte ainda não; o DNOCS e o DNER estão havendo certo descontrole. Se o Presidente da República avocasse para o seu gabinete esta atribuição e designasse um elemento do mesmo para coordenador geral de todas estas providências, sanaria tudo. Verificamos a existência de serviços organizados portanto, não podemos cometer a injustiça de negar a organização dos mesmos. Na ocasião em que lá estivemos eram 450.000 trabalhadores, sendo 300 mil nas frentes de trabalho do DNOS e 150 mil nas do DNER. O trabalho, portanto, está organizado.

Esse empreendimento, como disse da tribuna, não é um trabalho ef-

ciente e compensador para os cofres públicos, porque essa gente não está organizada para construir estradas de rodagem ou outra qualquer coisa. Não possui ferramentas adequadas, máquinas etc. Este trabalho tem o sentido de assistência social, para não lhes dar a impressão de que vivem de esmolas. Foi uma solução digna de aplausos. Não importa o que estejam fazendo, se o trabalho é produtivo ou não. De qualquer maneira é um trabalho, que lhes dá a sensação de que não estão vivendo da misericórdia alheia. É uma solução. Os exploradores, entretanto, utilizam-se do atraso na remessa do dinheiro e, sob o pretexto de que não sabem quando vão receber, começam a vender a mercadoria mais cara. Ai começa a exploração e o trabalhador, está sabendo que é explorado. De um momento para outro pode surgir um a-revolta muito natural, pois, tudo tem limite, embora o pessoal seja pacato.

Procuramos suscitar a opinião dos trabalhadores, na zona do Sítio. Inicialmente titubearam ao nos dar as informações, mas acabamos sabendo que, embora devêssemos perceber 40 cruzeiros, na realidade só lhes chegam às mãos 32 cruzeiros. Examinando a caderneta de um desses trabalhadores ficamos estarelecidos com os apontamentos assentados: do dia 3 ao dia 28 de maio, o trabalhador já dispendera Cr\$ 1.080,00 em farinha, feijão, arroz, rapadura e café. Quer dizer, em menos de um mês, quando ele só percebeu Cr\$ 40,00, isto é, Cr\$ 32,00.

Esta a minha sugestão, pois o INIC está ausente em toda a parte. Temos convocado o representante dessa entidade várias vezes, mas como acontece hoje, não tem comparecido. A nossa atuação neste assunto é apenas fazer recomendações, que devem ser objetivas, eficientes.

Uma delas é o Presidente da República chamar a si a questão. Não quero jogar essa responsabilidade no nosso amigo Dr. Monteiro Filho. É apenas um exemplo. O problema se resume em dinheiro. Por exemplo: a Legião Brasileira de Assistência é uma organização de assistência social que tem possibilidades para tomar conta, em todos os municípios, dos inválidos da região. Mas para isso, é preciso que disponha de dinheiro. Entretanto, não tem recursos específicos, a não ser para essa finalidade. Não pode, portanto, desviar qualquer quantia. Precisa, assim de uma suplementação também específica, para poder atender aos flagelados. Esta a providência.

Outra, que pedimos e reiteramos na reunião passada é a de fazer voltar os menores ao trabalho. Fizemos esse apelo ao Presidente da República e S. Ex.^a nos respondeu que iria levá-lo em consideração. Tenho, porém, recebido vários telegramas, inclusive do Senador Otacílio Jurema, informando-nos de que não fomos atendidos. As crianças continuam sem trabalho. É providência que o Senhor Presidente da República pode tomar imediatamente, porque quem sustenta quatrocentos e cinquenta mil flagelados pode sustentar quinhentos mil, ou um pouco mais, pois as crianças vão receber apenas vinte cruzeiros por dia. Tem essa medida duas finalidades: melhorar a situação fi-

nanceira da família e evitar que as crianças fiquem revoltadas. Nós sentimos que os moleques dispensados ficaram zangados e revoltados. É doloroso para o nosso sentimento de humanidade ver crianças de dez ou doze anos, com espírito de revolta contra o Governo, por lhes tirar possibilidade de alimentação; e com isso vai-se formando uma mentalidade infantil cheia de revolta. O Presidente da República com um telefonema, poderá evitar essa situação.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — (Diretor do Grupo Executivo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste) A providência, realmente, mais acertada é a do coordenador de emergência.

O SR. LINO DE MATTOS — Creio que ninguém melhor que uma pessoa do Gabinete do Presidente da República para ser o seu delegado especial.

O SR. MONTEIRO FILHO — Minha presença aqui não é como representante do Sr. Presidente da República, nem com o fito de levar a S. Ex.^a as sugestões aventadas. Vim como coordenador do Projeto de Campanha Grande, inclusive, não estou inteirado das dificuldades do Serviço de Assistência aos Flagelados. Não sou, portanto, a pessoa indicada para cuidar do caso junto ao Presidente da República.

O SR. LIMA GUIMARÃES — Como V. Exa. entretanto, pretence ao Gabinete Civil da Presidência da República, nós o nomeamos missionário dos flagelados junto ao Palácio do Catete.

O SR. MONTEIRO FILHO — Sou apenas Diretor do Grupo de Desenvolvimento do Nordeste que faz parte do Planejamento Regional.

O SR. LINO DE MATTOS — V. Ex.^a está na mesma situação que os outros, porque, sem dinheiro, que poderá fazer?

O SR. LIMA GUIMARÃES — E se formássemos uma comissão, com membros também da Câmara dos Deputados?

O SR. LINO DE MATTOS — A Comissão deverá ser apenas de senadores, porque os deputados já deram a missão como encerrada. Nós é que somos mais impertinentes. E também porque, já houve o comentário de que os senadores vão àquela região para tomar champagne, e banquetear-se à custa dos cofres públicos.

O SR. MONTEIRO FILHO — Posso assegurar que o Sr. Presidente da República tem boa vontade e dispõe um esforço imenso no sentido de atender a todas as sugestões. Mas encontra a mesma dificuldade que nós outros, temos dentro do próprio Gabinete Civil, no sentido de executar as ordens de S. Ex.^a. Alguns Departamentos não cumprem, como deveriam, sua obrigação e a nossa insistência nos acarreta a má vontade do pessoal, porque um feitor é sempre mal visto. As coisas não correm como seria de desejar; a engrenagem é emperrada; os vícios são bastantes conhecidos. Por isso, um simples propósito de solução não é suficiente.

O SR. LINO DE MATTOS — Se essa emperragem dificulta a qualquer um, só poderá ser encarregado o Presidente da República.

O SR. DINARTE MARIZ — Preciso

creta, como por exemplo, a de se entregar essa coordenação a um Comitê constituído de Comandantes de Região nos Estados.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Essa solução, no Rio Grande do Norte, foi muito boa.

O SR. DINARTE MARIZ — Os resultados foram eficientes e os Comandantes de Região distribuíram aos seus subordinados a tarefa da coordenação. Essa medida funcionou de modo perfeito, porque o General, na parte que lhe ficou diretamente afeta, tem comandado de maneira brilhante. Ontem recebi comunicação de que o encarregado da COAP na Região, após receber a mercadoria destinada aos flagelados, estava perguntando aos comerciantes pela mercadoria deteriorada, pois lhes havia prometido mil sacas de feijão da COAP em troca de mil sacas de feijão podre. Os oficiais do Exército verificaram o fato, apreenderam a mercadoria e ficou constatada a troca. Pediram imediatamente à Secretaria de Segurança abertura de inquérito. Instaurado o inquérito pela própria Polícia, foi ouvido em depoimento o comerciante implicado, que confessou haver trocado as sacas de feijão bom por feijão deteriorado, locupletando-se o agente da COAP. O Coronel Mindello me comunicou haver nomeado um capitão do Exército para aquela COAP. Havia malhado um funcionário da COAP abrir inquérito administrativo. Este homem, há 60 dias, recusou-se a tomar parte na reunião, no Palácio do Governo, apesar de convidado. Presentes estavam o Bispo e autoridades militares para discutir o problema que era de suma importância, para o abastecimento local e ele, como representante do governo estava em causa. Recusou-se. Foi quando tomei medida drástica: mandei retirar os gêneros. Este homem provou que realmente não tinha categoria nem para compreender sua missão naquela oportunidade. Posteriormente descobriu-se que era não só desclassificado como também desonesto. Estava roubando e a esta hora deve estar preso. Se o General não estivesse lá, entretanto, nada se apuraria até o fim da seca.

Havia reclamações quanto a mercadorias deterioradas. Todas as vezes em que se solicitavam informações o Coronel Mindello respondia que todos os gêneros enviados eram de primeira. Agora verificou-se que estavam negociando as mercadorias que lá chegavam.

O SR. LINO DE MATTOS — O feijão que trouxe do Ceará não cozinha de modo algum, a não ser em panela de pressão.

O SR. REGINALDO FERNANDES — Sr. Presidente, como muito bem disse o Sr. Aluizio de Campos, a situação no Nordeste é de "mais miséria do que seca". E de nosso interesse tomar conhecimento da situação atual, dos planos de transformação estrutural da economia do Nordeste. Aqui está o Dr. Aluizio de Campos e Albegon de Carvalho, ambos empenhados nesta missão confiada pelo Sr. Presidente da República. A palavra de ambos é pois de suma importância no problema. O Sr. Aluizio de Campos aqui está não somente como membro do grupo de estudo para equacionar o problema mas também como diretor do Banco do Nordeste, que é órgão de assistência imediata ao Nordeste.

O SR. ALUIZIO DE CAMPOS — Não sou mais diretor do Banco. Meu mandato terminou e apenas sou diretor executivo.

Posso, entretanto, dar algumas informações a respeito do problema.

Enquanto não se estudar realmente a questão e apresentar projeto completo para modificar a fisionomia econômica do Nordeste, sempre que houver uma calamidade teremos os mesmos efeitos de agora. Daí a preocupação que houve de um estudo que possa realmente contribuir para a realização de investimentos públicos e privados, de alta significação econômica, dentro da região.

O grupo que atualmente dirige é vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico. Estamos fazendo um diagnóstico econômico do Nordeste para apresentá-lo até novembro do corrente ano, dando um completo estudo da situação. Estamos igualmente estudando o sistema de transportes, o setor de recursos minerais, de recursos água e, em colaboração com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, um plano de abastecimento água para as sedes dos municípios nordestinos.

A nossa preocupação, a nossa filosofia de ação, dentro do grupo, é formular estudos para aproveitamento daquilo que já existe iniciado; completar obras e serviços já começados e que ainda não produzem efeito econômico, por causa da dispersão de recursos.

Por exemplo, o Açude do General Sampaio, no sistema do Pentecostes, no Estado do Ceará, que pode irrigar cerca de cinco mil hectares de terra, irriga atualmente cerca de duzentos e noventa e três.

Há várias estradas de ferro, sem qualquer significação econômica, em construção, com desperdício de recursos do governo, enquanto outros trechos indispensáveis ao impulso da economia regional ficam inteiramente abandonados.

No Rio Grande do Norte está preocupando a situação do sal. É possível que seja este um dos elementos que irão contribuir para a formação de divisas, desde que haja transporte e facilidade de exportação, para se de um porto a ser construído em Areia Branca.

O grupo está equacionando esses problemas para apresentar ao governo uma lista de recomendações concretas, para que, através delas, o Congresso possa orientar-se na distribuição dos recursos destinados ao Nordeste. A responsabilidade no desperdício dos recursos para o Nordeste talvez seja maior do Congresso do que do Poder Executivo. O desconhecimento do que está no background da economia nordestina é que desarma os representantes nordestinos e faz com que de boa fé apliquem recursos orçamentários em obras de pouca ou nenhuma significação econômica. É preciso, pois, que todos os congressistas estejam dispostos a receber com a maior boa vontade a ajuda que se venha a prestar neste sentido. Basta considerar que no Orçamento de 1958, foram consignados mais de quinhentos e trinta milhões

de cruzeiros destinados a auxiliar e construir serviços de abastecimento d'água, muitos dos quais não existem nem em projeto. É verdade que esses recursos poderiam ser aplicados na elaboração dos projetos igualmente. Há casos, entretanto, de projetos orçados em trinta milhões de cruzeiros e a construção orçamentária é de 3 milhões. Partindo do princípio de que o município em causa não dispõe de recursos próprios, o serviço levará dez anos para ser executado!

É necessário, pois, um exame da situação econômica e uma análise do orçamento no que diz respeito ao nordeste, para um maior aproveitamento. Existem até recursos bastantes, embora mal aproveitados.

A situação do Banco do Nordeste foi que nos levou, inclusive quando éramos diretor daquele Banco, a considerar a conveniência de fazer esse planejamento, esse estudo — uma programação, enfim, para orientar os investimentos públicos e os empreendimentos privados.

O Banco do Nordeste já recebeu dois décimos por cento da receita tributária da União. Em poucos anos, será uma das organizações financeiras mais fortes do País. Se não houver uma massa de projetos de significação econômica para aplicação desses recursos, o Banco do Nordeste continuará a dar uma ênfase e aplicação de pouco sentido econômico, a movimentar seus recursos nos setores de desconto de títulos...

O SR. LINO DE MATTOS — Acelerará construindo prédios de apartamentos.

O SR. ALOYSIO DE CAMPOS — ... no setor comercial ou financeiro as companhias imobiliárias.

Isso é de maior importância.

Neste primeiro contato com o Senado, através da Comissão nordeste, queremos dizer que a preocupação de nosso grupo é estudar problemas de base, fazendo-o com objetividade. Primeiro, concentrar nossa atenção naquilo que começou a ser feito e precisa ser ultimado. Em segundo lugar, mobilizar os recursos necessários para a realização de projetos já existentes, mas cuja execução não foi iniciada. *Pari Passu*, o estudo de setores da economia regional que precisa ser incrementada.

Toda vez que se fala em Nordeste, precisamos nos preocupar com o setor dos transportes, da mineração, dos recursos d'água, dos armazéns, e silos e, também dos serviços que indiretamente concorram para o desenvolvimento da população, que são serviços indispensáveis ao bem-estar de toda a comunidade, como é o abastecimento d'água e o aproveitamento da água já existente nos açudes.

O SR. DINARTE MARIZ — Gostaria de completar o esclarecimento dado pelo Dr. Aloysio de Campos, que tanto falou em problemas do Nordeste e, em relação ao Rio Grande do Norte, no problema do sal.

Queria lembrar que o problema número um do Nordeste é o da energia. Consiste o orçamento de 1954 o crédito de 175 milhões de cruzeiros ao Banco de Desenvolvimento Econômico, a quem tenho apelado. Hoje, fui procurar o Dr. Lucas Lopes para tratar do assunto e, até agora, não se conseguiu maneira de concretizar essa operação.

O problema número um do Nordeste é a energia, repito. Todos os demais dependem dele. Esse problema de pórtio, por exemplo, é consequência.

Não podemos crer que o Rio Grande do Norte, pagando Cr\$ 5,50 por quilowatt de energia, possa se levantar economicamente, quando Recife e Campina Grande pagam ... Cr\$ 1,70.

Realmente, somos um Estado rico, riquíssimo mesmo em potencial, e temos apelado anos a fio por essa energia, já estudada, já com a palavra empenhada do Presidente, já com a consignação no próprio orçamento da República de um montante pequeno e investindo de maneira mais fácil.

Estive com um engenheiro representante de grande grupo italiano que está, no momento, fazendo um serviço no Rio Grande do Sul, onde já conseguiu do Governo Federal 50 milhões de dólares, já com as licenças de importação em mãos, portanto, já com a autorização e tudo legalizado e fazendo o trabalho de eletrificação da energia no Estado de Goiás.

É lamentável que o Rio Grande do Norte que tem esta verba no Orçamento não mereça a atenção dos Poderes Públicos. Nesse particular, a fim de ser resolvido, com a devida urgência, esse problema capital para a economia do Estado, sem a solução do qual não podemos pensar na de outros, porque todos dependem do problema da energia.

Desejo apelar para o Dr. Aloysio Campos, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, depois, entender-me-ei com o Dr. Lucas Lopes, pois é questão do Governo Federal nivelar o direito dos Estados pequenos e pobres com os dos grandes e ricos Estados do Sul. Não digo dar cinquenta milhões de dólares, mas uns poucos milhões, para que se possa concretizar essa obra que será a salvação do Estado. Aqui fica o meu apelo e a exposição do problema número um do Rio Grande do Norte, que é a energia de Paulo Afonso.

O SR. REGINALDO FERNANDES — O investimento da Hidrelétrica de Paulo Afonso custou a Nação um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. O crédito aberto fora de dois bilhões e o Governador pede Mensagem orçada em quatro bilhões. Quer dizer, são seis bilhões, com os quais, se bem aplicados, poderíamos recuperar a região.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — Só este ano existe aproximadamente uma verba de um bilhão de cruzeiros destinada à energia elétrica da região do Nordeste. Esse problema o Governador poderia tratar com o Doutor Lucas Lopes que está incumbido pela Presidência da República de acelerar as soluções mais concretas e imediatas de interesse do Nordeste, tanto que estávamos considerando o levantamento de todos os investimentos no setor público e que estão sendo solicitados, para se verificar quais as facilidades que devem ser proporcionadas pelo Governo para sua realização, desde as facilidades cambiais de importação, a parte tarifária e de ajuda financeira. Esse problema não está afeto a mim mas, diretamente, ao Dr. Lucas Lopes,

como Secretário Geral e Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

No setor de energia, os problemas são muito complexos. De começo, evitamos o problema de energia. No ano de 1958, porque já é um setor que estava sendo tocado com a solução de Paulo Afonso, com o aproveitamento decorrente da produção de energia elétrica. Depois, porém, da última viagem ao Nordeste — Pernambuco, Bahia e Ceará — chegamos à conclusão de que é preciso, de qualquer modo, cogitar do assunto na parte da distribuição.

O SR. DINARTE MARIZ — Lamentavelmente, V. Sa. pulou o Rio Grande do Norte!

O SR. ALOYSIO CAMPOS — O problema da distribuição é muito grave, sobretudo porque a Companhia de Paulo Afonso não deseja, de nenhum modo, envolver-se no problema, e quer limitar a sua produção a energia em grosso. Desde, porém, que há no Rio Grande do Norte um projeto concreto de levar para lá a energia, o assunto deve ser tratado.

O SR. DINARTE MARIZ — Já fizemos uma reunião, inclusive com a presença do Dr. Lucas Lopes, como representante do Sr. Presidente da República, sob a presidência do Dr. Alves de Souza. Discutimos o assunto com todos os engenheiros da Companhia, incumbidos do estudo e foi aprovado um gráfico dando, inclusive, a distribuição do serviço e o tempo necessário. Há uma Companhia que financia em cinco anos, e só começa a receber depois de pronta a obra.

Durante cinco anos, mantendo-se a verba que temos no Orçamento da República, será o suficiente para o pagamento. Não havia, apenas, a garantia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — A energia chegando ao Rio Grande do Norte, terá consumo imediato?

O SR. DINARTE MARIZ — É uma pergunta que nunca deveria ser feita por quem acredita no progresso do Brasil.

Um americano interessado em instalar fábricas mais interessantes para a economia nacional, exatamente no Rio Grande do Norte, me fazia ver que um dos homens públicos do Brasil, visitando os Estados Unidos e falando sobre a questão de energia, sustentava a tese de que, primeiro, se deveria montar indústrias para depois se levar a energia. Na América manda-se a energia para verdadeiros desertos para se processar a industrialização. De modo que a energia tem que ir na frente para, então, se instalar as indústrias. Sem a energia não se pode, sequer, planejar.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — O problema da distribuição é importante, pois há uma sobra de oitenta mil cavalos, não porque não haja capacidade de consumo mas porque está sendo levada na frente do consumo. É caríssima e, portanto, o Governo tem que fazer sérios estudos. Tanto no Cariri, como no Rio Grande do Norte, se pode utilizar a energia de Paulo Afonso, se o investimento da transmissão for feito pelo Governo.

O SR. DINARTE MARIZ — Está sendo feito pelo Governo do Rio Grande do Norte, através da cota do Fundo das Secas. No ano passado, deixamos de ter serviço de irrigação

e de construir estradas e açudes para poupar para esse serviço. Este ano, no entanto, essa poupança vai para o Plano de Economia. Quer dizer que o Estado está sendo saqueado na sua economia. Foram obras de que abrimos mão porque reconhecemos que o problema número um é a energia.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — Em que vai ser aplicada a energia?

O SR. DINARTE MARIZ — V. Ex., como homem do Nordeste, ainda faz essa pergunta? Será aplicada no desenvolvimento industrial da região. V. Sa. já falou sobre o sal. Sabe que o Rio Grande do Norte tem capacidade para criar ali uma indústria química da mais alta importância para o país. A Wachang está esperando energia para industrializar tungstênio.

O SR. ALOYSIO CAMPOS — Mas nada existe de concreto a respeito da elaboração desse projeto.

O SR. DINARTE MARIZ — Existe, sim!

O SR. ALOYSIO CAMPOS — V. Ex., como Governador, pensa no problema de energia, procurando estimular a criação de empreendimentos que utilizem a energia — essa a energia econômica. O consumo de luz em casa não tem sentido econômico.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Governador e o representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico não entram em acordo. Desejam transformar o assunto para atender ao problema do Rio Grande do Norte.

O SR. DINARTE MARIZ — Do Rio Grande do Norte e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Voltemos ao problema das secas.

O SR. DINARTE MARIZ — Perdemos no Orçamento cento e setenta e cinco milhões de cruzeiros que vão para o Plano de Economia. E tiramos do nosso sangue.

O SR. REGINALDO FERNANDES — O Sr. Presidente formou novo grupo sob a orientação do Dr. Lucas Lopes, exatamente para coordenar os investimentos concretos.

O SR. DINARTE MARIZ — Se depender do Governador do Rio Grande do Norte, nenhum estudo será feito antes da instalação da energia.

O SR. LIMA GUIMARÃES — Não há outras sugestões a respeito do problema?

O DR. DIOGO DE GASPAR — Tenho apenas autorização do Dr. Lucas Lopes, que deveria ter comparecido a esta reunião, para anotar todas as sugestões dos Srs. Senadores e transmiti-las a S. Exa. Não trouxe, porém, qualquer credencial para levantar questão alguma.

Assim, além de comunicar-lhe o resultado da presente reunião, transmiti-lhe também o interesse aqui demonstrado pelo Governador Dinarte Mariz.

O SR. Presidente antes de encerrar a reunião, agradece a presença das autoridades que participaram da reunião e, atendendo à sugestão do Senador Lino de Mattos, comunica, que, a Comissão irá incorporar ao Exce-lentíssimo Senhor Presidente da República, levar as conclusões a que chegou, para resolver os problemas que afligem a população flagelada do Nordeste.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Odeneus Gonçalves Leite, Secretário, lavro a presente ata, que é lida e aprovada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 64.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 20 DE JUNHO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E FREITAS CAVALCANTI

Sumário

PROJETOS DE LEI CHEGADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projetos de Lei da Câmara:

- n.º 109 (na Câmara dos Deputados: 2.237-B, de 1957), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as comemorações do centenário do nascimento de José Francisco da Rocha Pombo, no Estado do Paraná;
- n.º 110 (na Câmara dos Deputados: 2.334-B, de 1957), que concede a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 mensais ao Dr. Antônio Tolentino, médico residente na cidade do Sêro, Estado de Minas Gerais;
- n.º 111 (na Câmara dos Deputados: 2.319-B, de 1957), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 36.611.240,00 para atender ao pagamento dos benefícios do abono familiar;
- n.º 112 (na Câmara dos Deputados: 2.663-C, de 1957), que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e dá outras providências;
- n.º 113 (na Câmara dos Deputados: 3.871-B, de 1958), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00, para atender às despesas decorrentes das comemorações do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico;
- n.º 114 (na Câmara dos Deputados: 4.134-C, de 1958), que revoga pelo prazo máximo de um ano a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações constantes da Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956, e prorrogada pela de n.º 3.344, de 14 de dezembro de 1957.

MENSAGEM PRESIDENCIAL

- n.º 94, do Sr. Presidente da República, expõe o veto parcial oposto ao Projeto de Lei n.º 1.005,

na Câmara dos Deputados (no Senado n.º 27-58), que inclui nas funções de extranumerário-mensalista das Tabelas Únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes- Marinheiros e Escolas Técnicas Profissionais, e dá outras providências.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Resolução n.º 13 (da Comissão de Relações Exteriores), autorizando o Sr. Senador Nogueira Filho a participar da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho.

Projeto de Lei do Senado n.º 17 (do Sr. Linu) dispondo sobre o ensino farmacêutico.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

- n.º 256, do Sr. Kerginaldo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1958, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, e dá outras providências;
- n.º 257, do Sr. Caiado de Castro e outros Srs. Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1958, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para exercício de mandato legislativo federal.

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Othon Mäder: Política cafeeira.

Senador Francisco Gallotti: Manifestação de pesar pelo falecimento do Senador Nereu Ramos. 2) Desmentido de versão veiculada sobre as razões do cancelamento de sua viagem no avião sinistrado em Curitiba.

Senador Filinto Müller: Medidas do Governo para o pagamento de atrasados devidos aos servidores da Rede Ferroviária do Nordeste.

Senador Linu Prestes: Justificação do projeto de lei disposto sobre o ensino farmacêutico.

Senador Gilberto Marinho: Comentário às razões do veto presidencial constante da Mensagem n.º 94, antes referida.

Senadores Kerginaldo Cavalcanti e Coimbra Bueno: Questões de ordem relativas à representação partidária na Comissão Mista criada por força do Requerimento n.º 548, de 1957.

MATERIAS VOTADAS

Requerimentos:

— n.º 254, do Sr. Filinto Müller, solicitando constituição de uma Comissão representativa do Senado nas cerimônias religiosas em sufrágio da Alma do Senador Nereu Ramos. (Aprovado).

— n.º 258, do Sr. Rui Palmeira, de dispensa de interesse, para inclusão na ordem-do-dia, do Projeto de Lei da Câmara n.º 98, de 1958. (Aprovado).

MATERIAS COM DISCUSSÃO ENCERRADA

Projetos de Lei da Câmara:

- n.º 67, de 1957, que retifica, sem ônus, a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1953;
- n.º 262, de 1957, que modifica os §§ 1.º e 2.º do art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e acrescenta-lhe os §§ 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º;
- n.º 54, de 1958, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Irmã Wurnil d'Ávila Mello, viúva do Engenheiro Frederico d'Ávila Bittencourt Mello;
- n.º 90, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Distrito Federal.

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Priscó dos Santos — Remy Archer — Victorino Freire — Pábio de Mello — Waldemar Santos — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Feginaldo Fernandes — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Jlio Leite — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Ary Vianna — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Vollandares — Lima Guimarães — Linu Prestes — Lino de Mattos — Domingos Vellaco — Coimbra Bueno — Sylvio Curvo — Filinto Müller — Othon Mäder — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Mem de Sá — (36).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Sylvio Curvo, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º, dá conta do seguinte

Expediente
OFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, números 703 a 707 e 730, encaminhando autógrafos dos seguintes projetos de lei:

Projeto de Lei da Câmara
n.º 109, de 1958

(N.º 2.237-B, DE 1957, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as comemorações do centenário do nascimento de José Francisco da

Rocha Pombo, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar as comemorações do centenário do nascimento de José Francisco da Rocha Pombo, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
n.º 110, de 1958

(N.º 2.334-B, DE 1957, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Concede a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 mensais ao Dr. Antônio Tolentino, médico residente na cidade do Sêro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida, a partir de janeiro de 1957, a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais ao Dr. Antônio Tolentino, médico há 60 anos na cidade do Sêro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O pagamento da pensão, de que trata o artigo anterior, correrá à conta da dotação do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º É aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para pagamento da pensão no exercício de 1957.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
n.º 111, de 1958

(N.º 2.319-B, DE 1957, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 36.611.240,00 para atender ao pagamento dos benefícios do abono familiar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 36.611.240,00 (trinta e seis milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e quarenta cruzeiros), para atender ao pagamento dos benefícios

do abono familiar (Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941), pagos em exercícios findos de 1943 a 1955 inclusive.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1958

(N.º 2.663-C, DE 1957, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

ALTERA O QUADRO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, e alterado pelas Leis ns. 1.975, de 4 de setembro de 1953, e 2.877, de 20 de setembro de 1956, passa a ser o constante da tabela que acompanha esta lei.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Tribunal a apostila dos títulos dos atuais funcionários, de acordo com a situação decorrente desta lei.

Art. 2.º As vagas da classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providas:

I — metade por ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário e metade por candidatos habilitados em concurso;

II — O acesso obedecerá ao critério do merecimento absoluto, apurado na forma da legislação vigente.

Art. 3.º Fica extinta a carreira de Dactilógrafo e criada, com iguais atribuições, a de Auxiliar Judiciário, escalonada nas classes G e H.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes efetivos da carreira de Dactilógrafo, observada a situação em que se encontram, serão aproveitados na de Auxiliar Judiciário.

Art. 4.º Fica criado o cargo isolado de provimento efetivo de Bibliotecário, padrão J, e outro de Zelador, padrão H, e ainda, na carreira de Auxiliar de Portaria, mais um cargo da classe E.

Art. 5.º É ainda criada a função gratificada de Secretário do Corregedor, símbolo FG-5.

Art. 6.º Serão extintos, quando vagarem, os atuais cargos de extranumerários mensais de Auxiliar de Fichário e Zelador, ficando proibida a admissão de novo pessoal extranumerário.

Art. 7.º É transformado em cargo isolado de provimento efetivo o atualmente em comissão de diretor da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Art. 8.º São fundidas em uma só as carreiras de Servente e Continuo, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, sob a denominação de Auxiliar de Portaria, de acordo com a Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1952.

Art. 9.º Na nomeação, promoção, licença, exoneração, demissão, readaptação e aposentadoria dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba serão aplicadas, no que couberem, as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 10. Para atender, no corrente exercício, ao aumento de despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

Número de Cargos	CARGO OU CARREIRA	Símbolo, Classe ou Padrão
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Diretor da Secretaria	PJ-5
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Arquivista	K
1	Bibliotecário	J
1	Porteiro	I
1	Zelador	H
<i>Cargos de Carreira</i>		
1	Oficial Judiciário	N
2	Oficial Judiciário	M
2	Oficial Judiciário	L
2	Oficial Judiciário	K
2	Oficial Judiciário	J
2	Oficial Judiciário	I
3	Auxiliar Judiciário	H
4	Auxiliar Judiciário	G
1	Auxiliar de Portaria	H
1	Auxiliar de Portaria	G
1	Auxiliar de Portaria	F
2	Auxiliar de Portaria	E
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	FG-4
1	Secretário do Procurador Regional	FG-5
1	Secretário do Corregedor	FG-5
2	Chefe de Seção	FG-5

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
n. 113, de 1958(N.º 3.871-B, DE 1958, NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com as festividades de comemoração do transcurso, em 13 de junho de 1958, do 150.º aniversário da fundação do Jardim Botânico.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o art. 1.º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para depósito no Banco do Brasil S.A., à disposição do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
n. 114, de 1958(N.º 4.134-C, DE 1958, NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS)

Revoga pelo prazo máximo de um ano a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações constantes da Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956, e prorrogada pela de n.º 3.344 de 14 de dezembro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica revigorada pelo prazo máximo de um ano, a contar de 30 de julho de 1958, a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956, e prorrogada pela Lei n.º 3.344, de 14 de dezembro de 1957.

Art. 2.º Dentro do prazo previsto no art. 1.º, o Poder Executivo tomará as providências necessárias à extinção da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

Mensagem n. 94, de 1958

(NÚMERO DE ORDEM NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: 184)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 1.066, de 1956 (no Senado n.º 37-58), que inclui nas funções de "extranumerário mensalista das Tabelas Únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinhos e Escolas Técnicas Profissionais, e das outras providências".

Incide o veto sobre o art. 2.º e sobre a expressão "e da Educação e Cultura", constante do art. 4.º, disposições que considero contrárias aos interesses nacionais, em face das razões que passo a expor.

Pretende o artigo citado o aproveitamento dos chamados "professores horistas" do Colégio Pedro II, que são em número de 300, como Assistentes de Ensino, em funções de extranumerários-mensalistas.

Professores-horistas do Colégio Pedro II são aqueles admitidos, em caráter precário, pelo diretor do estabelecimento, para substituição dos docentes efetivos ou para a regência de turmas, em razão das necessidades do ensino, decorrentes de ausência de candidatos excedentes. Para a designação de professor horista é exigido o registro definitivo como professor de ensino secundário no Ministério da Educação e Cultura. São os professores horistas designados, anualmente, pelo Diretor do Colégio Pedro II e são remunerados à base de aula ministrada.

O aproveitamento dos horistas como Assistentes de Ensino implicaria, no fato de passarem eles a integrar o corpo docente do estabelecimento, com a responsabilidade da regência de turmas, independentemente da prestação de qualquer concurso, em que poderiam ser selecionados os mais capazes, entre os professores registrados no ensino secundário, que almejam lecionar no único estabelecimento federal de ensino secundário com que conta o País.

Como Assistentes de Ensino iriam eles, decorridos cinco anos, adquirir a estabilidade na função, na forma da legislação vigente e nessa situação de professores estáveis passariam a desfrutar de vantagens que os demais Assistentes de Ensino somente adquirem mediante a satisfação dos requisitos que a lei estabelece.

Outrossim, releva assinalar que, de futuro, o Colégio Pedro II irá necessitar de mais professores, pelo consórcio de novas turmas e, então, outros professores horistas terão de ser designados. Estes iriam pleitear, também, o seu aproveitamento como Assistentes de Ensino, com base no precedente criado na proposição em tela.

Por outro lado, o aproveitamento dos horistas do Colégio Pedro II como Assistentes de Ensino acarretaria despesa da ordem de 48 milhões de cruzeiros anuais, quando a despesa atual, com os referidos professores, é de cerca de 24 milhões, porquanto, além da majoração do valor do salário-auxílio daí decorrente, cabe ressaltar, que atualmente, os horistas recebem o salário apenas durante o período de oito meses e meio, enquanto que, aproveitados como Assistentes de Ensino, passariam a perceber salário durante o período de doze meses.

Quanto ao veto à expressão "e da Educação e Cultura", contida no artigo 4.º, é ele uma decorrência do veto posto ao art. 2.º.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1958. — Juscelino Kubitschek.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Incide nas funções de extranumerário-mensalista das Tabelas Únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinhos e Escolas Técnicas Profissionais, e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinhos e das Escolas Técnicas Profissionais mantidos pelo Ministério da Marinha, que percebem vencimentos à conta de dotações globais fundos especiais ou recursos próprios dos mencionados estabelecimentos de ensino passam a ocupar funções de extranumerários-mensalistas nas Tabelas Únicas do Ministério da Marinha.

Art. 2.º Ficam aproveitados como Assistentes de Ensino os atuais professores do Colégio Pedro II — Internato e Externato — Ministério da Educação e Cultura — pagos pelo regime de hora de aula ministrada, desde que estejam devidamente registrados como professores de ensino secundário do mesmo Ministério.

Art. 3.º O disposto no art. 1.º da presente lei atinge os atuais orientadores educacionais do Centro de Instrução "Almirante Wandenkolk", no exercício de professores.

Art. 4.º As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas no atual exercício, pelas verbas globais de extranumerários contratados dos Ministérios da Marinha e da Educação e Cultura.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Parecer n. 248, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 98, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com a realização da I Exposição Brasileira de Alimentação.

-Relator: Sr. Fausto Cabral.

O presente projeto de iniciativa do ilustre Deputado Napoleão Fontenelle, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com a realização da I Exposição Brasileira de Alimentação, sob o patrocínio da Confederação Rural Brasileira.

Tendo em vista as finalidades do certame, que, conforme esclarece o autor da proposição, já foi oficializada pelo Ministério do Trabalho e considerando o pronunciamento desta Comissão sobre casos idênticos, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1958. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Fausto Cabral*, Relator. — *Juracy Magalhães*. — *Ary Vianna*. — *Francisco Gullotti*. — *Júlio Leite*. — *Mem de Sá*. — *Lima Guimarães*. — *Rui Palmeira*.

Parecer n. 249, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre *Emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1958, que prorroga, pelo prazo de dois anos, a vigência do crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 de que trata a Lei n.º 3.032, de 19 de dezembro de 1956.*

Relator: Sr. Ari Viana.

Por haver recebido emenda em plenário, volta a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1958, que prorroga, pelo prazo de dois anos, a vigência do crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 de que trata a Lei n.º 3.032, de 19 de dezembro de 1956.

A emenda acrescenta ao projeto um artigo revigorando, também, por mais dois exercícios, a Lei n.º 3.017, de 17 de dezembro de 1956, que autorizou a abertura de crédito especial de quinhentos mil cruzeiros, destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional, em Nova Delhi, capital da República da Índia.

O autor da Emenda justifica-a de modo satisfatório mostrando que o benefício constante da citada lei, devido ao excesso de burocracia, acabou caducando, com sérios ônus para a Cruz Vermelha Brasileira, que precisava do crédito para enviar uma delegação ao importante conclave de Nova Delhi.

Não há, no caso, aumento de despesa, eis que o auxílio financeiro em ela já tinha sido consignado em lei. Nestes termos, opinamos pela aprovação da emenda.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1958. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Ary Vianna*, Relator. — *Juracy Magalhães*. — *Júlio Leite*. — *Lima Guimarães*. — *Mourão Vieira*. — *Rui Palmeira*. — *Francisco Gullotti*. — *Fausto Cabral*. — *Mem de Sá*, com restrições quanto à constitucionalidade da emenda.

EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER ACIMA

EMENDA N.º 1

Acrescente-se no Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1958, o seguinte:

"Art. 2.º É revigorada, por mais dois (2) exercícios, a Lei n.º 3.017, de 17 de dezembro de 1956, que autorizou a abertura de crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional, em Nova Delhi, Capital da República da Índia. O art. 2.º passará a ser art. 3.º

Justificação

A lei em causa, nos termos da Constituição, vigorou por dois (2) exercícios. Tendo sido sancionada pelo Poder Executivo no dia 17 de dezembro de 1956, apenas pouco tempo lhe restava do exercício daquele ano. No exercício seguinte, isto é, 1957, as demandas inexplicáveis verificadas, quando das consultas entre o Ministério da Fazenda e o de Educação e Cultura, sobre a abertura do crédito em apreço, por Decreto e ser

lavrado pelo Poder Executivo, ultra-passando, é claro, prazos razoáveis, acarreteram, infelizmente, a sua prescrição com sério prejuízo para a Cruz Vermelha Brasileira, que dele precisava para ajudá-la a enviar uma delegação ao tão importante conclave de Nova Delhi.

Embora não lhe tenha sido pago, no devido tempo, o precioso auxílio, nem por isso deixou de lá estar presente com numerosa delegação, a qual foi até oficializada pelo Governo Brasileiro por Decreto de 14 de outubro de 1957, da Pasta das Relações Exteriores, sem ônus para o Tesouro — além de o que fora estipulado na citada Lei n.º 3.017 — para o que, teve de lançar mão, por adiantamento, dos seus próprios recursos normais e de empréstimo bancário, criando-lhe, inevitavelmente, dificuldades no cumprimento das suas obrigações regulares.

Justo é, pois, o revigoramento da Lei em tela, a fim de que o auxílio votado pelo Congresso Nacional em favor de tão expressiva instituição de beneficência tenha o alto destino que lhe foi reservado e sem o qual estaria virtualmente impossibilitada a Cruz Vermelha de assistir e deliberar naquele transcendental certame em nome e no próprio interesse do Brasil.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1958. — *Vivaldo Lima*.

Pareceres ns. 250, 251 e 252, de 1958

N.º 250, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1958, que dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado à Superintendência e às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, a que se refere a Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências

Relator: Sr. Lima Guimarães

Dispõe o presente projeto que, ao pessoal da Superintendência e das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, transferido para o Serviço Público Federal, por força da execução da Lei de n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dos atos do Poder Executivo decorrentes da mesma lei, para fins de gratificações adicionais por tempo de serviço e licença especial, será, também, computado o tempo de serviço prestado antes de sua incorporação ao Patrimônio Nacional, até a data da entrada do referido pessoal em exercício no Serviço Público Federal (Art. 1.º), entendendo-se os efeitos da lei a todos que se tornaram extranumerários mensaisistas da União, por força da citada lei n.º 2.193.

II. O projeto é de autoria do Deputado João Machado, que o justificou convenientemente.

III. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em longo e brilhante parecer, analisou a matéria com profundidade, pensando-lhe os prós e os contras, tendo concluído pela aprovação do projeto, do ponto de vista constitucional e jurídico.

Como não vemos que acrescentar aquele parecer, transcrevemo-lo a seguir, o que reputamos necessário, visto tratar-se, na espécie, de assunto de relevância e que, em nosso entender, foi perfeitamente elucidado por aquele órgão técnico.

Eis o parecer:

2. Lê-se, na justificação do projeto, o seguinte: "O então Consultor Geral da República, no parecer 4-V, apoiou pronunciamento da Procuradoria Geral da Fazenda no sentido

de ser reconhecido o direito ao computo daquele tempo de serviço de 1-4-55, pags. 5976-5977". O então Consultor Jurídico do DASP, no parecer n.º 196-55, porém, endossou tese oposta (D.O. de 29-12-55, pag. 23788), fato que determinou revisão, em alguns órgãos, das concessões já feitas, com consequente reposição do recibo indevidamente. Delibeu-se, pois, uma situação de perplexidade, que ainda persiste, com sério detrimento dos servidores atingidos pelas oscilações administrativas".

3. Pela Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, que assegurou aos servidores aludidos no projeto a qualidade de extranumerários da União, a contagem do tempo de serviço anterior não foi, com efeito, objeto de apreciação.

Não havendo qualquer obstáculos, de ordem constitucional, na transição do projeto, o problema a examinar é apenas o de saber se esse período anterior pode ser computado como serviço público, nos termos do art. 268 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28-10-52), assim redigido:

"Será computado, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado pelo servidor em qualquer repartição pública, seja qual for a natureza da verba ou a forma de pagamento até a data da promulgação desta lei".

4. O parecer do Consultor Geral da República, invocada na justificação do projeto, versa hipótese fundada na Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950, que mandava contar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, os serviços prestados à União por antigos empregados dos Serviços Hollerith S. A., antes de serem aproveitados no funcionalismo público.

Tratava-se, no caso, de empregados de empresa privada que prestaram serviços de natureza pública, executados, embora, sob contrato, com a referida entidade. Daí a extensão que o citado parecer deu à hipótese, enquadrando-a na generalização do referido artigo 268 do Estatuto dos Funcionários Públicos.

5. Opinando precisamente sobre a situação do pessoal da Superintendência e das Empresas Incorporadas, o Consultor Jurídico do DASP, no parecer indicado na justificação do projeto, observa que tais empregados só podem ser assimilados aos que prestaram serviços públicos, na forma admitida no citado Estatuto, após a incorporação, não antes, porque os estabelecimentos onde trabalhavam e o tempo de serviço nêles prestado somente valerão para efeito de aposentadoria e disponibilidade".

Como se vê, na concessão de vantagens aos extranumerários de que trata o projeto, o DASP não vai além das que constam do art. 89, inciso V do aludido Estatuto — aposentadoria e disponibilidade, computado "o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público".

6. Não há dúvida que, em princípio, a interpretação do DASP é acertada. Serviço público há de se entender aquele que é prestado em qualquer repartição federal, estadual ou municipal, ou, por outras palavras, a órgão público de administração direta ou centralizada, como acentua o Consultor Jurídico do DASP. Por outro lado, o artigo 4.º do Estatuto ao aludir à concessão de vantagens, fala, taxativamente, em tempo de serviço público efetivo. E o decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, interpreta esse preceito, no seu art. 7.º, inciso I in verbis:

"Entende-se como tempo de serviço público efetivo o que se tenha prestado à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em cargo ou função, civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autarquia, apurada à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averçados no assentamento individual do funcionário".

Dentro desse critério, porém, forçoso seria admitir que nem mesmo os empregados da Hollerith S. A. poderiam gozar das vantagens que lhes forem atribuídas, de computo de serviço nessa empresa, antes de serem aproveitados no quadro do pessoal do Ministério da Fazenda. E isto porque embora executassem, anteriormente, serviços inerentes ou integrantes de repartições públicas, e faziam, em verdade, diretamente a empresa para que trabalhavam, da qual recebiam seus salários e a ela vinculados pela relação de emprego, sujeitos, em consequência, à legislação trabalhista.

7. Cabe ainda observar que o artigo 268 do Estatuto dos Funcionários Públicos está incluído no capítulo das disposições transitórias desse diploma, e, assim, tornando ampliativas, "para todos os efeitos", como expressão — "para todos os efeitos", raias do mesmo Estatuto.

E, evidente que, só por si a expressão — "para todos os efeitos" — não ampara os intuitos do projeto que ora apreciamos. Ocorre, porém, que a Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, no parágrafo único do art. 1.º, diz que no tempo de serviço público deve ser considerado "inclusive o que já tenha sido mandado computar, para outros fins, em leis especiais anteriores".

Parece que a intenção do legislador está clara: conhecidas as interpretações restritivas atribuídas ao artigo 268 do Estatuto, conveniente era para serem admitidos outros efeitos, se lhe desse a necessária ampliação, além da disponibilidade e aposentadoria, como, aliás, pondera o Procurador Geral da Fazenda Nacional, doutor Pedro Teixeira Soares, em parecer publicado no *Diário Oficial* de 1-5-54, pag. 5.977.

8. Os dados do problema informam, assim, que a matéria vem sendo objeto de leis especiais, entre as quais a de n.º 2.284, acima referida, visando precisamente a regular a equiparação aos funcionários efetivos dos extranumerários da União, com mais de cinco anos de serviço, para todos os efeitos.

Nos casos dos servidores de que trata o parágrafo, há um aspecto a considerar: é que a incorporação das Empresas, pelo Poder Público Federal, induz à presunção, certa ou errada, pouco importa, de que exercitavam elas serviços de natureza pública, entre eles, como se sabe, se incluindo a radiodifusão.

De qualquer modo, porém, tratando-se de regular uma situação especial, semelhante a outras, que já receberam idêntico tratamento, não nos animamos a opor ao projeto restrições baseadas, pura e simplesmente, nos termos rígidos e isolados do artigo 268 do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Nessa conformidade, somos pela aprovação do projeto, quanto ao seu aspecto jurídico-constitucional, cabendo à dita Comissão de Serviço Público apreciar-lhe o mérito, sob outros prismas em que também a matéria se coloca".

IV — Antes do exposto, opinamos pela aprovação do projeto no que tange à sua constitucionalidade e juridicidade.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1958. — *Leônidas Fontes*, Presidente. *Lima Guimarães*, Relator. —

Gilberto Marinho. — Atilio Vivacqua. — Lameira Bittencourt, pela Constituição. — Benedito Valadares. — Lineu Prestes.

N.º 251, DE 1958

Da Comissão de Serviço Público, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1958.

Relator: Sr. Ary Vianna

1.º O presente projeto de lei tem por objetivo mandar computar, para fins de gratificação adicional e licença especial, o tempo de serviço anteriormente prestado à Superintendência e às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, pelos servidores desses órgãos que foram transferidos para o Serviço Público Federal por força da execução da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 e dos atos do Poder Executivo decorrentes da mesma lei.

2.º O ilustre autor do projeto, quando da sua apresentação à Câmara dos Deputados, aduziu as seguintes razões para justificá-lo:

“O projeto visa a sanar, por via de interpretação autêntica, dúvidas oriundas de entendimentos administrativos desencontrados que, aplicados, vêm estabelecendo uma situação dispar e confusa para o pessoal abrangido pela Lei n.º 2.193, de 1954.

Ao ser disciplinada a execução dos serviços a cargo da SEIPN, o problema do pessoal apresentou aspectos verdadeiramente alarmantes. De fato, a redução drástica que se impunha suscitava o cálculo das indenizações aos servidores trabalhistas, cujo montante excedia, de muito, a capacidade econômica do patrimônio responsável. Surgia, ademais, o desemprego em massa decorrente, que o Governo desejava obviar. Assim, foi encaminhada a solução consubstanciada na Lei n.º 2.193, de 1954, absorver-se aqueles servidores nas tabelas de extranumerários federais.

A transferência para o Serviço Público, elidindo a indenização, já lhes causava prejuízos, como a redução de melhorias, pois foram aproveitados em funções isoladas, sem acesso. O tempo de serviço prestado à empresa antes da respectiva incorporação, por outro lado, somente seria computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma do art. 80 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Essa contagem restrita de tal tempo de serviço, todavia, logo depois colocou o pessoal em causa em condições de inferioridade quanto a outros servidores em situação idêntica. Isso porque a Lei n.º 2.287, de 16 de agosto de 1954 permitiu fosse computado para a outorga de adicionais ao pessoal das estradas de ferro em regime especial. O próprio Poder Executivo, aliás, reconheceu a justiça e o cabimento de semelhante providência, ao fazer igual concessão aos servidores das empresas de navegação, por força do Decreto número 33.515, de 11 de agosto de 1953.

O advogado da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, deu nova feição ao problema, gerando uma diversidade absurda de tratamento dentro do mesmo grupo dos antigos empregados da SEIPN. O art. 1.º desse diploma legal equiparou, para todos os efeitos, os extranumerários-mensalistas da União, com mais de cinco anos de serviço público aos funcionários efetivos, aduzindo o respectivo parágrafo único:

“Para cumprimento do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com a Lei n.º 525-A, de 7 de dezembro de 1943 e 1.711, de 28 de outubro de 1952, inclusive o que já tenha sido mandado computar para outros fins, em leis especiais anteriores”.

A interpretação de semelhante texto legal não foi realizada uniformemente pelos diversos órgãos administrativos interessados. Dêse modo, em alguns Ministérios foi de logo, res-

peitada o direito dos antigos empregados da SEIPN à contagem, para fins de adicionais e licença especial, do tempo de serviço prestado à empresa antes de ser incorporada. Em outras secretarias de estado entretanto, foi negada tal contagem, havendo pronunciamentos inconciliáveis.

O então Consultor Geral da República, no Parecer 4-V, apoiou pronunciamento da Procuradoria Geral da Fazenda, no sentido de ser reconhecido o direito ao cômputo daquele tempo de serviço (*Diário Oficial* de 1 de abril de 1955, p. 5.976-5.977). O então Consultor Jurídico do DASP, no Parecer n.º 195-55, porém, endossou tese oposta (*Diário Oficial* de 29 de dezembro de 1955, p. 23.783), fato que determinou revisão, em alguns órgãos das concessões já feitas, com consequente reposição do recebido indevidamente. Delineou-se, pois, uma situação de perplexidade, que ainda persiste, com sério detrimento dos servidores atingidos pelas oscilações administrativas.

O mero retrospecto histórico da transferência daquele pessoal para o Serviço Público evidencia a justiça da medida ora preconizada e, de verdade, já concedida pelos dispositivos amplos da Lei n.º 2.284, de 1954. Não há como subsistir a situação tumultuária atual cuja superação definitiva, à luz de princípios já vigentes para hipóteses análogas, e o fundamento essencial deste Projeto”.

3.º A douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ao se pronunciar pela constitucionalidade e jurisdição da proposição, transcreveu, para ilustrar o seu ponto de vista, o brilhante parecer da sua congênere da Câmara dos Deputados, manifestando-se, por conseguinte, pela aprovação do projeto sob aqueles dois aspectos examinados.

4.º Quanto ao mérito, propriamente dito, temos que considerar várias outras razões de direito para opinarmos sobre a conveniência ou não do projeto em tela.

5.º Vale ressaltar na espécie o pronunciamento da douta Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, onde se recorda com proficiência a situação desses servidores, levados à opção pelo disposto no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954:

“Injusta teria sido a lei acima se ao estabelecer a opção entre as duas situações o fizesse com variação de critério estabelecimento um direito amplo para os que escolhessem a segunda solução e um direito mutilado para os que se manifestassem pela primeira solução.

Sim, porque aos funcionários das mencionadas entidades se lhes facultou escolherem entre as duas situações sem estabelecer quaisquer restrições a qualquer das duas e aos que optaram pelas segunda situação previu ficarem assegurados todos os direitos da Legislação Trabalhista (inclusive o dissídio coletivo e as indenizações), devendo, por consequência, ser assegurado aos que escolheram a solução de acompanharem as entidades a que serviam na sua transformação, quando, expressamente, pela situação de extranumerários, todos os direitos que amparam as que servem ao Estado nessa condição”.

6.º De fato, o instituto da opção envolve sempre *in genere* uma definição de melhoria para os que dela se utilizam. Não seria sensato admitir-se que o titular dessa faculdade viesse a decidir-se por uma situação menos favorável aos seus interesses.

7.º As vantagens asseguradas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos devem constituir um corpo indeformável, abrangendo sob todos os aspectos, com a mesma intensidade jurídica, a todos os servidores sujeitos a sua tutela.

8.º O próprio preceito contido no art. 80, da Lei n.º 1.711, de 1952, não deve ser entendido dentro de um sentido estrito de interpretação. Ao referir esse dispositivo que certas prestações de serviços públicos seriam computadas integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, não o fez com o objetivo de fixar que só para estes casos era lícita a contagem.

9.º O DASP, já tem-se manifestado em favor desta tese, como se observa através do seguinte julgado: “A expressão “para efeitos de aposentadoria e disponibilidade” não exclui a contagem de tempo para outros fins que não os expressamente indicados (Par. 16-5.47, do DASP, no Proc. 2.630-47 — D. O. 17-5-47, p. 6.730)”.

10. Justifica-se, todavia, a presente proposição que, em última análise, tem por escopo, impor de forma explícita a solução justa para o caso em exame, face às dúvidas arguidas no confronto da legislação vigente.

11. E' que os interessados pretendem contar, também, para efeito de licença especial e adicional por tempo de serviço, o período de atividade anterior à incorporação, com fundamento nas leis ns. 1.711, de 1952 e 2.284, de 1954.

12. O Dec. n.º 33.704, de 31 de agosto de 1953, que regulamentou o disposto no art. 146, da Lei n.º 1.711, de 1952, nesse passo, é taxativo negando esse direito, como se observa no inciso III, de seu art. 7.º.

“III — o tempo de serviço a que se refere o art. 268, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, será computado somente para o que era funcionário da União em 1.º de novembro de 1952”.

13. Esse preceito regulamentar decorre, obviamente, do fato de encontrar-se o art. 268, da Lei n.º 1.711, de 1952, capitulado entre as disposições transitórias do Estatuto.

14. Cogita-se, entanto, na espécie de reparar essa situação de desnivelamento, onde servidores de algumas repartições federais já obtiveram por via administrativa o reconhecimento desse direito, em contraste com outros funcionários em idênticas condições, que ainda não lograram obter essas benéficas.

15. Afigura-se-nos, pois, justa a esperança dos interessados em obter a contagem desse tempo de serviço para os efeitos que o projeto declara, o que nos leva a opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1958. — Prisco dos Santos, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Gilberto Marinho. — Neves da Rocha.

N.º 252 — DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 83, de 1958,

Relator: Sr. Julio Leite

Pelo presente projeto, do pessoal da Superintendência e das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional transferido para o Serviço Público Federal, por força da execução da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dos atos do Poder Executivo decorrentes da mesma lei, para fins de gratificação adicional por tempo de serviço e licença especial, será, também, computado o tempo de serviço prestado antes de sua incorporação ao Patrimônio Nacional até a data da entrada do referido pessoal em exercício no Serviço Público Federal.

Tais efeitos (art. 2.º) serão extensivos a todos os que se tornaram extranumerários-mensalistas da União, por força da Lei n.º 2.193, acima citada.

A proposição mereceu pareceres favoráveis das duas Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público, após minucioso exame da matéria que, de resto, do ponto de vista

financeiro, não apresenta nada que obste à sua aprovação.

Opinamos, assim, favoravelmente, ao projeto.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1958. — Vivaldo Lima, Presidente. — Juracy Magalhães. — Ary Vianna. — Lima Guimarães. — Fausto Cabral. — Mem de Sá. — Rui Palmeira. — Mourão Vieira. — Francisco Gallotti. — Othon Mader.

Parecer n. 253, de 1958

Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Requerimento n.º 249, de 1958, do Senhor Novais Filho solicitando autorização para participar da delegação do Brasil à XLII Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra.

Relator: Sr. Benedito Valladares.

Nos termos dos arts. 49 da Constituição e 24 do Regimento Interno, Sr. Novais Filho solicita autorização para participar da delegação do Brasil à XLII Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra.

Nada havendo a opor, somos pela aprovação do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 13, de 1958

Art. único. E' o Senador Novais Filho autorizado a tomar parte da delegação do Brasil à XLII Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra nos termos do artigo 49 da Constituição Federal e artigo 24 do Regimento.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1958. — Lourival Fontes, Presidente eventual. — Benedito Valladares, Relator. — Gilberto Marinho. — Rui Palmeira. — Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti, para explicação pessoal.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para explicação pessoal. — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, eminentes Senadores: Senador eleito, compareci ao trabalho desta Casa durante sete anos quando então renunciei ao mandato para servir ao então Presidente da República, o ilustre Senador Calisto Tanzi, em outra missão.

Reunido em Convenção, em 1955 em Santa Catarina, o Partido Social Democrático, para renovação do mandato de Senador, fui eu quem levantou a candidatura do eminente e saudoso Nereu Ramos. A mim coube a deputação federal. Renunciando cabais motivos. Os convencionais não queriam conformar-se com a grande e saudosa candidatura, de braços abertos, pedindo silêncio, declarou que bem compreendia o gesto de seu leal amigo, que era eu.

Solicitou-me, então, que lhe dessem a honra de ter-me como seu Suplente, ao que respondi que honrado seria eu em ser Suplente de brasileiro tão ilustre.

Vitorioso Nereu Ramos, fiquei seu Suplente no Senado. Administrava o Porto do Rio Janeiro quando, a 9 de novembro de 1955, fui convocado, pelo Presidente desta Casa, para assumir o mandato. O Senador Nereu Ramos fora chamado a exercer a Presidência da República. Aquele mandato, dois anos, ocorreu uma vez e outra

so morto, exonerando-se do Ministério da Justiça, voltou a honrar, com sua presença, o Senado da República.

Sábado próximo passado dirigime a Santa Catarina para nova Convenção de nosso Partido. Um espetáculo magnífico!

Na noite de domingo para segunda-feira, ao ensejo do encerramento dos trabalhos da Convenção, o saudoso Senador Nereu Ramos proferiu discurso que mais parecia o prenúncio do desastre que ocorreria naquela mesma segunda-feira. oração cheia de palavras de paz e de harmonia para o povo catarinense; oração em que procurou enaltecer o valor dos adversários do Partido Social Democrático; oração em que solicitava dos catarinenses, que, unidos, vissem acima dos Partidos, os interesses da nossa terra.

Segunda-feira pela manhã, senhor Presidente, tinha eu a passagem para viajar naquele mesmo avião. Não posso explicar por que não o fiz; não havia motivo que me retivesse em Florianópolis; ao contrário, muitos outros teria para vir naquele mesmo dia para o Rio de Janeiro, em companhia de Nereu Ramos, a quem tanto prezava. Sempre o acompanhava. Mal tive notícia de que se dirigia para Lajes, e já lhe telefonava comunicando que também iria. Estava sempre pronto a acompanhá-lo, a qualquer cidade do Estado, como leal amigo e companheiro político que era.

Assim, na segunda-feira, cerca das nove horas — não há explicação senão o destino traçado pela Divina Providência — quase automaticamente me dirigi ao escritório da companhia de aviação e perguntei se para o dia seguinte haveria um lugar para mim. Resposta afirmativa, mandei cancelar a passagem, já visada, para segunda-feira; deixei para viajar na terça-feira.

Encontrando Nereu Ramos, comuniquei-lhe minha resolução. Disse-me: "Por que isto? Vamos juntos". Respondi-lhe: "Estou com preguiça de viajar, meu Chefe; irei amanhã".

O Sr. Fernandes Távora — Benedita preguiça, que nos conservou colega de tamanha elevação moral!

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Obrigado a V. Exa.

Horas depois surpreendi-me a notícia do desastre que roubou a Santa Catarina Nereu Ramos, o mais ilustre dos seus filhos; que roubou a Santa Catarina o nobre e jovem Deputado Leoberto Leal, do nosso Partido; que roubou a Santa Catarina o Governador do Estado, o qual, se separado por opinião partidária, era respeitado e acatado como governante da nossa terra.

Neste instante, Sr. Presidente desejo desfazer o boato que se espalhou na Capital da República. Não tem o menor fundamento: seria incapaz do que me atribuem.

Encontrei a notícia de que, no Aeroporto de Florianópolis, sabendo que o Governador do Estado, meu adversário político, embarcaria naquele avião, eu desistira da viagem. Não é verdade! Não fui ao Aeroporto. Não sabia que o Sr. Jorge Lacerda viria ao Rio de Janeiro. Se eu tivesse que viajar, faria-o, em sua companhia, como ocorreu no sábado, do Rio de Janeiro para Florianópolis, e em 11 de maio, quando se rezou a primeira Missa em Brasília.

O Sr. Fernandes Távora — A acusação é mesquinha. V. Exa. não precisava trazê-la ao conhecimento do Senado.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Obrigado a V. Exa. Havendo no

entanto, no próprio Senado, alguns colegas me interpellando sobre se o motivo teria sido esse, dou a explicação não só aos nobres Pares, mas ao povo de Santa Catarina. Jamais tomara atitude tão desnivelada com meus sentimentos e meu caráter.

Sr. Presidente, estamos diante da realidade: Santa Catarina, enlutada, chorou, chora e chorará a perda de três grandes filhos. Já muito a eles devia e neles ainda confiava, para dias futuros.

Estou no Senado para exercer o mandato de Nereu Ramos até 1963. Peço a Deus me ilumine, para que, mesmo apagadamente, possa corresponder à figura invulgar de tão eminente morto, na política do País.

Sr. Presidente, tenho recebido, não só do meu Estado, como de outras Unidades da Federação e até mesmo do estrangeiro, telegramas de condolências pela perda irreparável por que passou o Brasil.

O Deputado Federal Elias Adame, com o coração amargurado, enviou-me comovente telegrama, assim redigido:

"Em virtude das notícias desconfortadas, aguardo a vinda do corpo do nosso caro amigo Nereu. Impossibilitado de seguir, solicito a gentileza de apresentar aos seus familiares meus sentimentos e a minha solidariedade. Abraços. Adame."

Um ex-companheiro nesta Casa, dos mais ilustres membros que tivemos na Legislatura passada, mandou-me o seguinte telegrama de condolências:

"Peço transmitir à Família do nosso inolvidável Nereu a expressão do meu profundo sentimento. Abraços. (a) Aloísio Carvalho Filho."

O Senador Sebastião Archer telegrafou-me da cidade de Codomo:

"Queira o ilustre amigo receber meu abraço de grande pesar pelo trágico desaparecimento do eminente brasileiro Senador Nereu Ramos. As.) Senador Sebastião Archer."

Do Senador Lameira Bittencourt chegou-me o seguinte:

"Receba ilustre colega minhas sentidas condolências pelo trágico falecimento do nosso eminente e comum amigo Nereu Ramos. As.) Lameira Bittencourt."

De Belém, enviou-me o Governador do Pará, Sr. Magalhães Barata, o seguinte telegrama:

"Receba prezado amigo a homenagem sincera de meu pesar pelo falecimento do Dr. Nereu Ramos, um dos homens públicos mais dignos e austeros que conheci. Sua morte foi perda irreparável, não só para Santa Catarina, mas para nosso Partido e para o País. Abraços. As) Magalhães Barata."

Do ex-Embaixador do Chile no Brasil, Sr. Máximo Bastian, e do Sr. Osvaldo Vial, ex-Comendador da Embaixada Chilena em nosso País:

"Nossas mais sentidas condolências ao amigo e a toda a família Ramos pelo falecimento do eminente Dr. Nereu Ramos. As) Máximo Bastian e Osvaldo Vial."

Os telegramas são do seguinte teor:

"Dr. Francisco Gallotti
Senado Federal
Rio, D.F.

Pela perda dos grandes amigos e eminentes catarinenses, o Circulo Ferroviário de Tubarão ex

via a Vossa Excelência anteveras condolências. Saudações, Alfredo Bernardini — Presidente; Padre Sérgio — Assistente."

"Francisco Gallotti

Senado Federal — Rio

Renovando entre lágrimas os mais sentidos pêsames, acabo de celebrar missa Requiem solene, assistida por grande massa popular, bem como pelos orfãos do Paraíso da Criança. Respeitosamente Cônego Agenor Neves Marques."

"Senador Francisco Gallotti

Senado Federal — Rio.

Sentimos o infausto acontecimento ao nosso chefe Sr. Nereu Ramos. Dr. Frederico Struve e D. Prexedes Struve."

"Senador Francisco Gallotti

Senado Federal — Rio

O município de Porto Belo, sob minha direção, profundamente abalado com o trágico desaparecimento do ilustre catarinense Senador Nereu Ramos, apresenta seu voto de mais profundo pesar pela perda irreparável daquele grande homem público, sofrida por Santa Catarina e toda a Nação. Joaquim Matias, Prefeito Municipal."

"Senador Francisco Gallotti

Rio, D.F.

Sabedor do laço fraterno que ligava o prezado amigo ao eminente brasileiro Senador Nereu Ramos, participo da mesma dor do caro amigo. Wilson Vieira Coelho."

"Exmo Sr. Francisco Gallotti

Rio, D.F.

Profundamente emocionado com as notícias do falecimento do amigo Nereu, apresento sentidas condolências e preces. Padre Monti."

"Francisco Gallotti — Senado

Federal — Rio.

Peço transmitir minhas condolências aos familiares de Nereu Ramos e ao Senado pelo trágico falecimento do grande patriota e amigo Nereu Ramos. Imração Adelmo, Diretor do Ginásio São Bento."

"Dr. F.B. Gallotti — Rio.

Pelo falecimento do Dr. Nereu Ramos, eminente homem público e grande amigo de Vossa Excelência, envio sentidas pêsames — Felizolinda Bonfim."

"Senador Francisco Gallotti — Senado Federal — Rio D.F.

Deus conduza os que partem. Deus conforte os que ficam, com as condolências de empregados e diretores do Banco Figueiredo Rocha, extensivas à família do pranteado Senador. C. Queiroz."

"Senador Francisco Gallotti — D.F.

Ouvindo as emissoras de rádio e lendo os jornais matinais sobre a infausta notícia do falecimento do meu dileto amigo Dr. Nereu Ramos, apresento a Vossa Excelência meu profundo pesar pelo desaparecimento do cenário político de Santa Catarina e do nosso querido Brasil de tão valiosa figura. Atenciosamente, — Roberto Marques de Figueiredo (Blé)."

"Senador Gallotti — Rio.

Agradecemos a Deus a preservação de sua vida preciosa ao Brasil e ao Mundo. Associamo-nos de coração a seu pesar e de

todos os brasileiros pela grande desgraça que privou nossa Pátria de tão ilustre filhos — Nelson Damasio Vicente Carlos e Família Ram."

"Senador Francisco Benjamin Gallotti — Senado Federal — Rio.

Em meu nome e por delegação de todos os diretores da Cooperativa Agrícola de Cotia, bem como os seus numerosos cooperados, solicitamos ao eminente amigo transmitir à família enlutada de seu ilustre antecessor as nossas sinceras condolências pela perda irreparável do grande brasileiro Nereu Ramos. Saudações. — Flávio da Costa Brito."

"Senador Francisco Gallotti — Senado Federal — Rio, D.F.

Apresento sinceros pêsames pelo falecimento do grande amigo Nereu Ramos. — Lécilia Radzzy."

"Dr. Francisco Gallotti — Senado Federal — Rio, D.F.

Pêsames extensivos à família pela morte do Dr. Nereu Ramos. — Arcebispo de Natal."

"Dr. Francisco Gallotti — Rio. Associo-me à dor imensa pelo desaparecimento do grande amigo e grande brasileiro — Joaquim Mattos Rocha."

"Senador Gallotti — Senado Federal — Rio — D.F.

Sinceramente magoado pela morte do nosso eminente Chefe e inesquecível amigo Dr. Nereu Ramos, apresentamos profundos pêsames. — Pedro Bittencourt."

"Senador Francisco Gallotti — Palácio Monroe — Rio, D.F.

Compartilhando da profunda mágoa decorrente do desastre que roubou a preciosa vida do eminente do desastre que mente Chefe Dr. Nereu Ramos, envio sentidas condolências. Abraços — Luiz Piazza."

"Senador Francisco Gallotti — Senado Federal — Rio, D.F.

Profundamente compungido, apresento ao prezado amigo sinceros pêsames pelo falecimento do seu prezado amigo Nereu Ramos. — Luiz Gonzaga da Cruz."

"Francisco Gallotti — Senado Federal — Rio, D.F.

Queira testemunhar à família Nereu Ramos o profundo pesar pela morte trágica do nosso comum amigo. — Rodolfo Bosco."

Sr. Presidente, ao sentar-me nesta cadeira, que Nereu Ramos tantas vezes ocupou, faço-o no firme propósito de prosseguir trabalhando e pedindo a Deus suas graças para, unido aos mais colegas, tudo fazer pelo Brasil e pelo seu povo. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, primeiro orador inscrito.

O SR. OTHON MADER PRO-
NUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Waldemar Santos, orador inscrito para explicação pessoal.

O SR. WALDEMAR SANTOS:

(Para explicação pessoal. Lê o seu quinto discurso) — Sr. Presidente.

Srs. Senadores, grato se encontra, nesta hora, o Estado do Piauí, com o discurso pronunciado ontem, na tribuna do Senado, pelo ilustre e culto colega, Senador Apolônio Salles, secundando o apelo dos representantes do meu Estado, no sentido de que seja ele beneficiado com os auxílios enviados aos Estados nordestinos, uma vez que o pobre e esquecido Piauí, também, faz parte do Polígono das Secas.

O Senador Apolônio Salles visitou o meu Estado na qualidade de Presidente da Comissão de Senadores que foi ao Nordeste. Ele como coneccedor perfeito da nossa região, pôde observar de perto a situação angustiante, por que vem passando aquele povo.

Lamentei, profundamente, a Comissão de Senadores não tenha podido ir ao Sul do meu Estado, pois é aquela zona a mais atingida pela estiagem, segundo tive oportunidade de observar por ocasião da minha visita, no mês passado à minha terra natal. Lá, além da falta absoluta de chuvas, a lavoura — 80% — foi sacrificada pela praga da lagarta, o que vale dizer sacrificando o meu Estado, uma vez que aquela zona é o celeiro da lavoura piauiense.

Os municípios de Picos, Itainópolis, Monsenhor Hipólito, Jaicós, Paulistana, Simões, Fronteiras, e Pio Nono, oram os que mais sofreram com a escassez das chuvas. No meu município, por exemplo, o de Picos, há povoados que já se ressentem pela falta absoluta do precioso líquido.

Deve, portanto, e com a máxima urgência, o Governo Federal, através do Ministério da Viação, conjugar os seus esforços no sentido de enviar medidas salvadoras para os habitantes do meu Estado, de um modo particular para os municípios do Sul, por serem os mais atingidos pela seca.

Para medida de amparo, no momento, considero necessário destinar para a zona Sul do meu Estado, dada a escassez absoluta d'água, o maior número possível de perfuratrizes, remédio capaz de amenizar um pouco, pois se tratando de zona erodida, muito contribuirá para evitar o aniquilamento da nossa pecuária.

Sugiro, também, a construção de pequenas açudes e a intensificação das obras de estradas de rodagem, colocando o maior número possível de trabalhadores, a fim de evitar o êxodo, praga maldita que vem preocupando o Nordeste.

Os nordestinos sofrem consideravelmente a efeito da seca. Mas, devido a confusão política reinante no meu Estado, é o que mais tem sido colocado à margem, pelas potências federais quando no momento devia ser o contrário, todos unidos e ciosos, num só sentido ou seja o de salvamento tanto financeiramente como politicamente do nosso querido Piauí.

Embora não des-jasse tocar no assunto, os acontecimentos exigem, é de se lamentar, quererem colocar num segundo plano os valores morais da política piauiense, os prezados amigos Senador Leônidas Melo, Deputados Vitorino Corrêa e Hugo Napoleão.

Foram eles sempre os baluartes da primeira frente, que sempre estiveram ao lado das boas causas, defendendo intransigentemente os interesses da coletividade piauiense.

Que, portanto, nesta oportunidade agradecer em nome do povo do Piauí ao Senador Apolônio Salles, expressão máxima da política brasileira, o seu gesto de solidariedade e ao Presidente Juscelino Kubitschek da Oliveira renovar pela terceira vez da tribuna desta Casa, para que não se

esqueça do meu Estado na hora difícil por que vem passando, na certeza de que o seu povo, dado a bondade de que é possuidor, saberá agradecer de todo coração. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Waldemar Santos, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Freitas Cavalcanti.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ontem, o eminente Senador Freitas Cavalcanti, com a vibração e o brilho que todos lhe reconhecemos e admiramos, relatou para o Senado os entendimentos que realizou, juntamente com o nobre Senador Apolônio Salles, em defesa do interesse dos trabalhadores da Rede Ferroviária do Nordeste.

Disse o eminente Senador alagoano que esteve pessoalmente com o Ministro da Viação e Obras Públicas, a fim de pedir providências no sentido de ser solicitado um crédito especial para pagamento do abono devido aos ferroviários nordestinos, no ano de 1956.

Nessa oportunidade, impressionado com os argumentos oferecidos pelo nobre Senador Freitas Cavalcanti, tive ensejo de oferecer-me, para junto ao Ministro da Viação e Obras Públicas e Presidente da Rede Ferroviária Nacional, empenhar-me pelo pagamento a que fazem jus os ferroviários do Nordeste.

Apartando o nobre Senador Freitas Cavalcanti, naquele momento, o eminente Senador Nelson Figueiredo e o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas não houvesse, até então, tomado nenhuma providência, deixando ao desamparo aqueles ferroviários.

De acordo com o oferecimento que fiz, aceite por V. Ex.^a, Senador Freitas Cavalcanti, que no momento preside o Senado, procurei, juntamente com o Presidente da Rede Ferroviária Nacional S. A., o Ministro Lúcio Meira.

É com grande satisfação que posso dizer ao conhecimento do Senado que providências já foram tomadas no sentido de o pagamento dos ferroviários nordestinos, especialmente daqueles que trabalham em Jabotão, ser efetuado antes do dia 23 do corrente.

Refiro-me ao pagamento dos vencimentos normais. Realizando-se no dia 24, em Jabotão, a feira mensal, o interesse que têm os ferroviários em receber antes dessa data, é para que, munidos de recursos, possam fazer suas compras.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Pois não.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É apenas para uma ponderação à margem da revelação satisfatória que V. Ex.^a está fazendo ao Senado, em resposta a uma interpelação do nobre Senador Freitas Cavalcanti. Declara o nobre colega que esses pagamentos serão feitos, especialmente aos ferroviários de Jabotão. Não seria possível a interpelação de V. Ex.^a, no sentido de a mesma medida se estender aos ferroviários do Rio-Grande do Norte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Atenderei com muita satisfação ao apelo do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti. A referência especial a Jabotão relaciona-se com o telegrama que os ferroviários desta cidade passaram ao nobre Senador Freitas Cavalcanti, telegrama por S. Ex.^a lido e lido, em que pediam, fosse o pagamento efetuado antes do dia 24 de junho.

A providência do Ministro da Viação e Obras Públicas visa a atender ao direito que têm todos os ferroviários do Nordeste que, nesta emergência, teriam satisfeitas suas aspirações.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Rui Palmeira — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com todo o prazer.

O Sr. Rui Palmeira — Estando na Presidência da Casa, o nobre Senador Freitas Cavalcanti, em seu nome gostaria de perguntar a V. Ex.^a se foram também tomadas providências quanto ao pagamento dos atrasados.

O SR. FILINTO MÜLLER — Chegarei a esse ponto.

Frisei bem, na exposição que faço, que o pagamento dos vencimentos normais, serão feitos pela Rede Ferroviária do Nordeste, até o dia 23. Quanto aos abonos, os operários da Rede perceberam vencimentos, mas tinham direito a abonos por serviços extraordinários — reclamava o nobre Senador Freitas Cavalcanti e seu pagamento, visto tratar-se de folha correspondente ao exercício de 1956.

Estranhei o ilustre Senador Nelson Figueiredo que, tendo o Presidente da Rede Ferroviária Nacional S. A. manifestado a melhor boa vontade em adiantar a importância necessária até o momento o Ministério da Viação e Obras Públicas não tomou qualquer providência concreta, nesse sentido.

Desça, prestar, agora, o esclarecimento principal que me trouxe à tribuna. O Sr. Ministro Lúcio Meira, depois de ouvir a exposição do nobre Senador Freitas Cavalcanti, que se acompanhava do eminente Senador Apolônio Salles, determinou providências no sentido da abertura de crédito especial.

Desde o início do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, deliberou-se em globo, num só pedido de crédito especial, todos os pagamentos devidos. Nesse crédito está incluída a Rede Ferroviária do Nordeste. Voltado na semana passada, já é lei. O pagamento depende, exclusivamente da tramitação burocrática no Tesouro.

Posso informar, que, nesse caso o Governo não usou da faculdade de adiantar, aqui, como devia, fazendo o pedido de abertura de crédito e obtida a autorização para essa abertura, vai efetuar o pagamento.

Assim, os ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste, especialmente os de Jabotão, serão em breve atendidos e de aquela ferrovia dispuser de recursos — e desejar adiantar o pagamento, poderá fazê-lo. Assevero que há a melhor boa vontade e possivelmente será feito o adiantamento.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Desejo um esclarecimento. Estou satisfeito com a exposição de V. Ex.^a. Se, no entanto, não me falha a memória, o crédito especial há poucos dias votado na Casa se referia a despesas de 1957 e anos anteriores. A circunstância foi claramente frisada pelo relatório do Projeto, eminente Senador Leônidas Bittencourt.

O SR. FILINTO MÜLLER — Tomo razão o nobre Senador Mem de Sá. Na ocasião, porém — deve V. Ex.^a estar lembrado — não examinamos os processos. Eram eles simplesmente citados na relação enviada pelo Poder Executivo e ficavam no Ministério da Fazenda para qualquer exame.

A informação que o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas me transmitiu foi de que o processo global de abertura geral de créditos, de cerca de seis bilhões de cruzados, referente à regularização de despesas e exercícios anteriores; e nessa solicitação global estaria incluído o crédito necessário ao pagamento de abonos atrasados dos ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste.

Esses os esclarecimentos que desjava dar ao Senado, especialmente ao nobre Senador Freitas Cavalcanti que alertou a Casa e o Ministério da Viação e Obras Públicas com seu trabalho eficiente, na defesa dos interesses da classe ferroviária. Sua atuação teve efeito benéfico; concorreu para apressar o pagamento dos trabalhadores ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste.

Esses os esclarecimentos, Sr. Presidente, que, com muito prazer, dou a V. Ex.^a e ao Senado, certo de, por essa forma, fica atendida a aspiração justamente defendida, dos trabalhadores ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Lineu Prestes.

O SR. LINEU PRESTES:

(Para explicação pessoal, lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, um grupo de ilustres Professores Universitários, de longa data, estuda reforma do ensino farmacêutico, com o objetivo de atualizá-lo. Desse grupo, devo destacar os nomes dos Professores Abel de Oliveira, Oswald Costa, Mitrinho Rosa e Carlos Henrique Liberal.

Esses estudos foram aproveitados no projeto que vou apresentar à consideração do Senado. Está elaborada nos termos da reforma estudada pelo Ministério da Educação. Introduzindo modificações, com o objetivo de melhor atender aos interesses gerais do ensino farmacêutico.

O projeto é o seguinte. (Lendo)

Projeto de Lei do Senado n. 17, de 1958

Disposto sobre o ensino farmacêutico e as outras providências

TÍTULO I.

DAS FINALIDADES

Art. 1.º O ensino da Farmácia da Bioquímica tem como objetivo a preparação de profissionais aptos ao exercício da Farmácia e da Bioquímica.

Parágrafo único: O exercício da Farmácia e da Bioquímica abrange as atividades seguintes:

a) Preparação, fabricação, análise e dispensação de medicamento de todos os tipos, produtos higiénicos e afins, bem como de suas matérias primas;

b) Fabricação, ensaio e dispensação de material cirúrgico, agentes de diagnóstico, produtos bioquímicos e afins, empregados em Medicina Veterinária, Odontologia, Cirurgia, Cosmética;

c) Fabricação, análise, inspeção, dispensação de produtos alimentícios de qualquer natureza;

d) Prática dos métodos de laboratório utilizados na elucidação e diagnóstico clínico;

e) Prática dos métodos de laboratório utilizados em perícias toxicológicas, bromatológicas e bioquímicas;

f) Exercício de funções de pesquisa e de ensino ligadas às atividades

des constantes das alíneas precedentes.

TÍTULO II

Dos cursos

Art. 2.º Os cursos ministrados nas Faculdades de Farmácia e Bioquímica serão os seguintes:

- a) Curso Vestibular;
- b) Curso de Graduação;
- c) Curso de Pós-Graduação.

Parágrafo único: Com exceção do Curso de Graduação, os demais serão criados facultativamente pelas Congregações, bem como outros que forem considerados pertinentes.

Do Curso Vestibular

Art. 3.º O Curso Vestibular destina-se ao preparo de alunos para o concurso vestibular.

§ 1.º A admissão ao curso vestibular bem como as regalias concedidas aos que o cursarem serão regulamentadas pelas Congregações.

§ 2.º Será facultado aos alunos promovidos à 3.ª série colegial se inscreverem no Curso Vestibular, na forma que for determinada pelo Ministério da Educação e Cultura.

Do Curso de Graduação

Art. 4.º O curso de graduação terá a duração mínima de 4 (quatro) anos, compreendendo as seguintes disciplinas:

- I — Química Analítica Quantitativa e Estatística.
- a) Complementos de Matemática e Estatística.
- b) Física;
- c) Físico-Química.

- II — Química Analítica:
- a) Química Analítica Qualitativa;
- b) Química Analítica Quantitativa.

- III — Química Orgânica:
- a) Química Orgânica;
- b) Análise Funcional Orgânica.

- IV — Bioquímica:
- a) Bioquímica.

- V — Botânica:
- a) Botânica Geral;
- b) Botânica Sistemática.

- VI — Microbiologia e Parasitologia:
- a) Microbiologia;
- b) Parasitologia.

- VII — Química Farmacêutica:
- a) Síntese dos medicamentos orgânicos;
- b) Análise dos Medicamentos.

- VIII — Farmacognózia:
- a) Farmacognózia;
- b) Fitoquímica.

- IX — Tecnologia Farmacêutica:
- a) Farmacotécnica.
- b) Tecnologia industrial farmacêutica.

- X — Bromatologia e Toxicologia:
- a) Química bromatológica;
- b) Tecnologia dos alimentos;
- c) Toxicologia e Química Legal.

- XI — Farmacodinâmica:
- a) Anatomia e Histologia;
- b) Fisiologia;
- c) Farmacodinâmica.

- XII — Higiene:
- a) Higiene;
- b) Saúde Pública.

XIII — Química Industrial Farmacêutica:

- a) Tecnologia Inorgânica;
- b) Tecnologia Orgânica.

Art. 5.º Constituição "disciplinas isoladas" as seguintes:

- a) Laboratório Clínico.
- b) Deontologia, Legislação.
- c) História da Farmácia e da Bioquímica.

d) Organização e Administração farmacêuticas.

Art. 6.º Em cada disciplina, a duração do período de ensino e o respectivo número de horas serão estabelecidos no Regimento das Faculdades.

Art. 7.º A distribuição das disciplinas pelas séries do curso obedecerá ao seguinte critério:

1.ª Série:

I — Física e Físico-Química
Complementos de Matemática e Estatística.

Física.

Físico-Químico.

II — Química Analítica
Química Analítica Qualitativa

III — Química Orgânica
Química Orgânica.

Análise Funcional Orgânica.

V — Botânica
Botânica Geral.

Botânica Sistemática.

2.ª Série:

II — Química Analítica
Química Analítica Quantitativa.

VI — Microbiologia e Parasitologia
Microbiologia.

Parasitologia.

VIII — Farmacognózia
Farmacognózia.

Fitoquímica.

VII — Química Farmacêutica:
Síntese dos Medicamentos Orgânicos.

3.ª Série:

IV — Bioquímica
Bioquímica.

IX — Tecnologia Farmacêutica
Farmacotécnica.

VII — Química Farmacêutica
Análise dos Medicamentos.

X — Bromatologia e Toxicologia
Toxicologia e Química Legal.

XI — Farmacodinâmica
Anatomia e Histologia.

Fisiologia.

Farmacodinâmica.

4.ª Série:

IX — Tecnologia Farmacêutica
Tecnologia Industrial Farmacêutica.

X — Bromatologia
Química Bromatológica.

Tecnologia dos alimentos.

XII — Higiene
Higiene.

Saúde Pública.

XIII — Química Industrial Farmacêutica

Tecnologia Inorgânica.

Tecnologia Orgânica.

DISCIPLINAS ISOLADAS

Laboratório Clínico.

Deontologia, Legislação.

História da Farmácia e da Bioquímica.

Organização e Administração farmacêuticas.

Art. 8.º A disciplina Complementos de Matemática e Estatística visa a dar uma preparação matemática para o estudo da Físico-química e dos setores da Física que interessam ao curso, assim como ministrar conhecimentos de Estatística, objetivando especialmente o planejamento das experiências e a interpretação dos resultados.

Parágrafo único: Essa preparação matemática a que se refere o artigo abrangerá o estudo do cálculo diferencial e integral, de cálculo vetorial e de Geometria Analítica.

de Matemática e Estatística visa a dar conhecimento básico dos aparelhos e métodos físicos utilizados nas técnicas farmacêuticas e bioquímicas.

Art. 10. A disciplina Físico-Química visa ao estudo dos princípios fundamentais da Físico-Química com especial destaque aos que servem à interpretação de fenômenos biológicos: teoria dos gases, das soluções, dos colóides, equilíbrios químicos, cinética química, termoquímica e termodinâmica.

I — Física e Físico-Química.

Art. 11. A disciplina Química Analítica Qualitativa visa a proporcionar o conhecimento dos princípios científicos da Química Analítica Qualitativa, sobretudo, através dos estudos dos seus fundamentos físicos e físico-químicos e o adestramento na prática da análise qualitativa, quer por meio das técnicas clássicas, quer por meio de micro-métodos e semi-micro-métodos.

Art. 12. A disciplina Química Analítica Quantitativa visa a proporcionar o conhecimento dos princípios dos métodos quantitativos, quer químicos, quer físico-químicos ou físicos, bem como o adestramento nas técnicas principais de análise quantitativa, por micro, semi-micro e micro-métodos.

Art. 13. A disciplina Química Orgânica visa ao estudo sistemático dos comportamentos orgânicos, independentemente das suas aplicações, a prática dos métodos de síntese orgânica e de análise elementar, qualitativa e quantitativa.

Art. 14. A disciplina Análise Funcional Orgânica visa ao adestramento nas técnicas de análise funcional orgânica, qualitativa e quantitativa.

Art. 15. A disciplina Bioquímica visa ao estudo da composição química imediata das células, tecidos e humores do organismo, das transformações químicas e físico-químicas que ocorrem, e dos princípios que as regem, bem como o adestramento nas técnicas analíticas qualitativas e quantitativas de material biológico.

Art. 16. A disciplina Botânica Geral visa ao estudo morfológico e histológico dos vegetais, com especial menção das espécies da flora brasileira, que apresentem propriedades medicinais, alimentícias ou tóxicas.

Art. 17. A disciplina Botânica Sistemática visa a ministrar conhecimentos de taxinomia vegetal e a prática da sistemática botânica.

Art. 18. A disciplina Microbiologia visa ao estudo da bacteriologia, imunologia, virologia e micologia.

Art. 19. A disciplina Parasitologia visa ao estudo da protozoologia, bel-

miologia e entomologia, de interesse para a saúde humana.

Art. 20. A disciplina Síntese de Medicamentos Orgânicos visa à preparação das substâncias orgânicas utilizadas em Farmácia e em Bioquímica, bem como o adestramento nas respectivas técnicas.

Art. 21. A disciplina Análise de Medicamentos visa a desenvolver o conhecimento das técnicas analíticas aplicadas a produtos complexos usados como medicamentos, tais como preparações farmacêuticas oficiais, magistrais e industrializadas, ou suas matérias primas complexas, bem como ampliar o adestramento nas técnicas aplicadas da análise orgânica e de métodos especiais de análise imediata.

Art. 22. A disciplina Toxicologia e Química Legal visa ao estudo dos métodos de análise química das substâncias tóxicas, da ocorrência e características das toxicoses, inclusive das industriais, bem como dos métodos químicos e biológicos de aplicação jurídica.

Art. 23. A disciplina Farmacognózia tem por finalidade o estudo das drogas vegetais e animais, do ponto de vista de suas história, origem, distribuição geográfica, morfologia externa, estrutura microscópica, composição química, propriedades farmacológicas e emprego oficial, bem como o adestramento nas técnicas de identificação macro e microscópica e de ensaio das drogas incluídas na Farmacopeia Brasileira.

Art. 24. A disciplina Fitoquímica tem por finalidade o estudo da composição química das plantas, bem como o adestramento nas técnicas de análise sistemática ou especial de vegetais.

Art. 25. A disciplina Farmacotécnica visa, além dos conhecimentos necessários à introdução da matéria, o estudo sistemático das operações farmacêuticas de ordem geral, compreendendo as metodológicas e o das operações mecânicas, físicas e químicas, inclusive o da apresentação dos medicamentos, bem como o adestramento nas técnicas de preparação de fórmulas magistrais e oficiais, com a caracterização, ensaio, dosecamento quando for o caso, conservação e doses máximas, quando se tratar de substâncias heróicas ou entorpecentes, abrangendo igualmente o estudo das operações e formas farmacêuticas homeopáticas.

Art. 26. A disciplina Tecnologia Industrial Farmacêutica visa ao estudo das operações e do aparelhamento utilizados na indústria de produtos farmacêuticos, químico-farmacêuticos, bioquímicos, higiênicos e afins, bem como o adestramento nas respectivas técnicas.

Art. 27. A disciplina Química Bromatológica visa ao estudo dos métodos de análise dos alimentos, inclusive das suas alterações e falsificações, bem como o adestramento nas técnicas respectivas.

Art. 28. A disciplina Tecnologia dos Alimentos visa ao estudo dos principais métodos de preparação industrial e conservação dos alimentos, inclusive sua influência na composição dos mesmos.

Art. 29. A disciplina Anatomia e Histologia visa ao estudo dos métodos de análise dos alimentos, inclusive das suas alterações e falsificações, bem como o adestramento nas técnicas respectivas.

Art. 30. A disciplina Fisiologia visa ao estudo dos processos fisiológicos do homem e de animais de laboratório, com o objetivo da preparação ao estudo da farmacodinâmica, e o adestramento nas técnicas respectivas.

Art. 31. A disciplina Farmacodinâmica visa ao estudo da ação dos me-

ácidos e tóxicos no organismo humano, bem como o adestramento nas técnicas dos respectivos ensaios biológicos.

Art. 32. A disciplina *Higiene* visa ao estudo das condições gerais e especiais da saúde do homem, dos agravos à mesma e meio de evitá-los, inclusive nos locais de trabalho, assim como o estudo das doenças e infecções dos animais domésticos, comuns à espécie humana e respectivas medidas de profilaxia.

Art. 33. A disciplina *Tecnologia Inorgânica* visa à preparação dos compostos inorgânicos de emprego na indústria farmacêutica, bem como o adestramento nas respectivas técnicas.

Art. 34. A disciplina *Tecnologia Orgânica* visa à preparação dos compostos orgânicos de emprego na indústria farmacêutica, bem como o adestramento nas respectivas técnicas.

Art. 35. A disciplina *Saúde Pública* visa ao estudo das condições sanitárias das coletividades, bem como da profilaxia coletiva, demografia e administração sanitária.

Art. 36. A disciplina *Laboratório Clínico* visa ao adestramento nas técnicas analíticas destinadas à elucidação de diagnóstico, abrangendo as bioquímicas, microbiológicas, hematológicas, parasitológicas e histopatológicas.

Art. 37. A disciplina *Doontologia* *Legislação* visa ao estudo das regras de procedimento do profissional na sociedade, e de seus deveres para com os colegas, outros profissionais e o público, bem como o conhecimento da Constituição e da Legislação aplicável a todos os setores de atividade profissional e sua interpretação.

Art. 38. A disciplina *História da Farmácia e da Bioquímica* visa ao estudo da evolução das ciências e das técnicas da Farmácia e da Bioquímica, bem como dos seus vultos eminentes, especialmente brasileiros.

Art. 39. A disciplina *Organização e tudo do planejamento, instalação e organização dos estabelecimentos farmacêuticos.*

Dos Cursos de Pós-Graduação

Art. 40. Os cursos de pós-graduação destinam-se a ministrarem aos graduados em Farmácia e Bioquímica conhecimentos especializados, ou maior adestramento com disciplinas constantes do curso de graduação.

Art. 41. Os cursos de pós-graduação que abrangerem os de aperfeiçoamento e os de especialização, serão estabelecidos em caráter temporário ou permanente pela Congregação, que lhes fixará a duração e o programa.

Art. 42. Ao graduado em Farmácia e Bioquímica que concluir cursos de aperfeiçoamento será conferido um certificado.

Parágrafo único. A critério da Congregação, poderá a inscrição nos cursos de aperfeiçoamento ser possibilitada a portadores de outros diplomas universitários, em cujo currículo figure disciplina a que se refira o curso.

Art. 43. Ao graduado em Farmácia e Bioquímica que concluir curso de especialização em qualquer das disciplinas de currículo, de duração mínima de um ano letivo e obedecendo às exigências específicas a serem estabelecidas pelas Congregações, será conferido um certificado de especialização na disciplina que houver cursado.

Art. 44. Ao graduado em Farmácia e Bioquímica que defender tese de investigação original na forma determinada pelo Regimento da Faculdade, será conferido o grau de Doutor e expedido o respectivo diploma.

TÍTULO III

Do Corpo Docente

Art. 45. A carreira do magistério para as Faculdades de Farmácia e

Bioquímica compreenderá professores catedráticos, professores adjuntos, assistentes e instrutores.

Art. 46. Os professores catedráticos serão escolhidos mediante concurso de títulos e de provas, na forma da lei.

Parágrafo único. Somente poderão concorrer às cátedras professores catedráticos de cátedra idêntica ou afim, de escolas oficiais ou reconhecidas, e docentes livres de cátedra idêntica ou afim, de escolas congêneres.

Art. 47. Os professores adjuntos serão admitidos mediante contrato, após seleção feita através de concurso de títulos, por uma comissão de professores catedráticos, da qual faça parte obrigatoriamente o titular da cadeira.

§ 1.º Ao concurso de professores adjuntos só poderão concorrer docentes livres de cadeiras idênticas ou afins da mesma Faculdade ou congêneres.

§ 2.º Os contratos de professores adjuntos serão feitos por período de três anos e só poderão ser renovados mediante resolução das Congregações por proposta do professor catedrático.

Art. 48. Os assistentes e instrutores serão admitidos por contrato, pelo prazo máximo de três anos mediante proposta justificada dos respectivos professores catedráticos e aprovação da Congregação.

Art. 49. O contrato será renovável por igual prazo e nas mesmas condições.

§ 1.º Para a renovação do contrato de assistente será exigida a apresentação do título de Doutor e para a do contrato de instrutor a apresentação de certificado de cursos de especialização ou de aperfeiçoamento, a critério da Congregação.

§ 2.º Para as renovações subsequentes será exigido, para o assistente, a apresentação do título de Docente Livre e para o instrutor a de título de Doutor.

Art. 50. Poderão ser admitidos como assistentes e instrutores os graduados em Farmácia e Bioquímica, os graduados em Farmácia e os portadores de diplomas universitários que hajam cursado, em seus currículos, disciplina idêntica a que se propõem.

Art. 51. Fica instituído o Regime de Dedicção Exclusiva, a ser concedido mediante contrato a professores catedráticos, professores adjuntos, assistentes e instrutores.

Parágrafo único. O Regime de Dedicção Exclusiva será concedido a requerimento dos interessados, obedecendo às normas que forem estabelecidas pela autoridade a que estiver administrativamente subordinada a Faculdade.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 52. As atuais Escolas e Faculdades de Farmácia ou as que mantiverem cursos de Farmácia adotarão, em seus regulamentos, regime escolar de progressiva adaptação à presente lei.

Parágrafo único. Fica fixado o prazo de dois anos para o cumprimento do disposto neste artigo, executada a modificação do currículo que vigorará no ano letivo seguinte ao da promulgação da lei.

Art. 53. As atuais Escolas e Faculdades de Farmácia passarão imediatamente e compulsoriamente a denominar-se Faculdades de Farmácia e Bioquímica.

§ 1.º As Faculdades mistas que mantiverem cursos de Farmácia deverão separar esse curso em Faculdade autônoma, dotada de regimento próprio, posto de conformidade com a presente lei.

§ 2.º As atuais Faculdades mistas poderão manter no mesmo edifício o funcionamento de diversos cursos e utilizar instalações comuns para cadeiras comuns.

Art. 54. O título de "Farmacêutico-Bioquímico" só poderá ser conferido ao aluno que se graduar em conformidade com as disposições da presente lei.

Parágrafo único. Aos atuais portadores do diploma de "Farmacêutico" ou de "Farmacêutico-químico" serão estendidas todas as prerrogativas inerentes ao diploma de "Farmacêutico-Bioquímico".

Art. 55. As atuais cadeiras de "Física Aplicada à Farmácia", "Botânica Aplicada à Farmácia" e "Higiene e Legislação Farmacêutica" passarão a denominar-se "Física e Físico-Química", "Botânica" e "Higiene".

Art. 56. A atual cadeira de "Química Orgânica e Biológica" passará a constituir duas cadeiras autônomas a saber: "Química Orgânica" e "Bioquímica".

Art. 57. A atual cadeira de "Química Toxicológica e Bromatológica" passará a denominar-se "Bromatologia e Toxicologia".

Art. 58. A atual cadeira de "Farmácia Química" passará a denominar-se "Química Farmacêutica".

Art. 59. A atual cadeira de "Farmácia Galênica" será denominada "Tecnologia Farmacêutica".

Art. 60. As atuais cadeiras de "Zoologia e Parasitologia" e "Microbiologia" serão fundidas em uma só cadeira, denominada "Microbiologia e Parasitologia".

Art. 61. Fica criada a cadeira de Farmacodinâmica.

Art. 62. As atuais cadeiras de "Química Analítica", "Farmacognózia" e "Química Industrial Farmacêutica" manterão suas denominações.

Art. 63. Nas cadeiras fundidas, continuarão as respectivas disciplinas a serem lecionadas pelos atuais professores catedráticos.

Parágrafo único. Sobrevinda a vacância em uma das cadeiras fundidas, o titular da outra assumirá a regência, sendo extinto o cargo vago.

Art. 64. Os professores catedráticos da atual cadeira de "Química Orgânica e Biológica" poderão optar por uma das duas cadeiras em que será dividida, sendo a outra considerada como cadeira nova, de provimento inicial.

Art. 65. Aos professores catedráticos de cadeiras transformadas em virtude da presente lei, fica assegurado o direito de transferência para qualquer das cadeiras que resultarem das referidas transformações, desde que estejam vagas ou se vierem a vagar.

Art. 66. Os professores catedráticos e docentes livres, das cadeiras que tiverem mudada a sua denominação, poderão requerer apostila em seus títulos, da nova denominação.

Art. 67. Os atuais professores catedráticos e docentes livres poderão requerer a expedição do título de Doutor.

Art. 68. Caberá ao professor catedrático e ao professor adjunto a regência das disciplinas de que compõem a cadeira, podendo também ser atribuída a assistente da cadeira, que tenha o título de docente livre, ou a docente livre da mesma disciplina, especialmente contratado.

Parágrafo único. A regência das disciplinas isoladas poderá caber, a critério das Congregações, a qualquer dos elementos a que se refere este artigo, ou a pessoa estranha ao cor-

po docente da Faculdade, de comprovada competência, contratada para aquele fim.

Art. 69. A distribuição das disciplinas a que se refere o art. 4.º pelas séries do curso, poderá ser modificada, a critério das Congregações.

Art. 70. Para a abertura e funcionamento de novas Faculdades de Farmácia e Bioquímica será exigida a organização do corpo docente mediante contrato em que se observem as condições estabelecidas pelo parágrafo único do art. 46, sem prejuízo das demais exigências fixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Justificativa

O ensino de Farmácia e de Bioquímica está pedindo uma regulamentação que o atualize e, ao mesmo tempo, situe a profissão dentro das necessidades de nosso tempo. A evolução da Bioquímica, em nossa época, alargou os horizontes da profissão de farmacêutico, erguendo-a do nível de simples manipulador de drogas ao estágio de verdadeiro químico industrial que abre novas possibilidades à indústria de remédios. Na profissão de farmacêutico entram, atualmente, as mais diversas atividades. O preparo, o fabrico, a análise e a dispensação de medicamentos constituem apenas o primeiro degrau da profissão. A prática de métodos de laboratório para a elucidação de diagnósticos clínicos ou na realização de perícias toxicológicas, bromatológicas e bioquímicas é um setor novo e promissor já aberto à atividade de farmacêutico. Este se torna, cada vez mais, um pesquisador de laboratório, treinado nos métodos mais modernos de análise química e bioquímica.

O projeto leva em conta esta evolução e procura adaptar às suas contingências e currículos das Escolas. Nas matérias do curso de graduação, que terá a duração de quatro anos, inclui a Física e a Físico-química, a Química Analítica, a Química Orgânica, a Bioquímica, a Botânica, a Microbiologia e a Parasitologia, a Química Farmacêutica, a Farmacognózia, a Tecnologia Farmacêutica, a Bromatologia, a Toxicologia, a Farmacodinâmica, a Higiene e a Química Industrial Farmacêutica.

Salta à vista imediatamente, que o curso passa a abranger três grupos distantes de disciplinas: as que constituem propriamente o embasamento científico da atividade farmacêutica; as que sintetizam o campo próprio dessa atividade, e, finalmente, um terceiro grupo, que encerra inovações dignas de nota, as matérias de aplicação da Farmácia à Higiene e à saúde pública, de um lado, à indústria química, de outro.

A distribuição dessas matérias pelas diferentes séries do curso obedece a um critério de complexidade crescente e de flexibilidade. Cada cadeira se subdivide permitindo ao catedrático utilizar seus assistentes para um tratamento em profundidade de cada disciplina. No sistema do Projeto, cada cadeira vem a constituir verdadeiro Departamento do ensino, onde estudantes e assistentes, sob a orientação do catedrático, procuram obter um conhecimento exaustivo da matéria tratada.

Na caracterização minuciosa de cada disciplina, o projeto procurou abranger todos os interesses técnicos e científicos que, hoje, se voltam para a profissão de farmacêutico. Por isso, cada disciplina tem seus limites cuidadosamente definidos pela minuciosa explicitação de seus objetivos.

A criação de cursos pós-graduados vem ainda satisfazer as necessidades crescentes de aperfeiçoamento e especialização. Obedecendo ao imperativo da flexibilidade que, nos cursos de pós-graduação deve ser crité-

rio predominante, o Projeto confere à Congregação das Faculdades de Farmácia sua duração e programa.

Aspecto da maior relevância é a instituição do Regime de Dedicção Exclusiva, mediante contrato. Não há realmente outra forma de levantamento do nível do ensino e sua adoção progressiva pelas Escolas Superiores do País tem de ser objetivo precípuo e permanente do nosso sistema de ensino.

No entanto, prevendo, neste e noutros aspectos, que dificilmente as Faculdades existentes poderão adaptar-se, de choíre, ao novo regime, o Projeto estabelece um prazo de dois anos para essa versão, tornando-a, embora, obrigatória para todas as Escolas que aspirem à oficialização. A partir, no entanto, da data da lei, as atuais Escolas e Faculdades de Farmácia passarão a denominar-se Faculdades de Farmácia e Bioquímica. Do mesmo modo, o aluno receberá, ao término do curso, o título de "Farmacêutico-Bioquímico".

Verifica-se, portanto, que o objetivo primordial dos cursos de Farmácia que sempre foi a droga, passou a ser encarado, no novo currículo, sob novos aspectos. A introdução da cadeira de Farmacodinâmica é inovação digna de nota. Dantes, a estrutura mestra dos cursos de Farmácia se restringia a três ciências, a Farmacognosia, a Farmácia Química e a Farmácia Galênica. A Farmacodinâmica, que estuda, sob critério experimental, *in animo vili*, as drogas minerais e orgânicas, era, até agora, disciplina do curso médico. É, no entanto, a coroação do curso farmacêutico, onde tem seu lugar próprio. Lanney, mestre da Farmacodinâmica, apontando a importância da matéria, nos seus cursos realizados na Faculdade de Farmácia da Universidade de Paris, dizia:

"Sans les études de Pharmacodynamie, j'estime qu'il vous est impossible de relier entre elles, du point de vue professionnel tout au moins, les nombreuses connaissances que vous avez acquises dans la pratique des différentes disciplines scientifiques enseignées dans cette faculté. Je n'insisterai pas davantage sur ce point que je vous ai déjà exposé plusieurs fois. Je ne me flatte pas de convaincre ceux qui restent sourds aux appels de la logique et de l'avenir".

A reforma compendiada neste projeto visa, atendendo ao apelo do Mestre, a abrir novos caminhos à profissão, sob a inspiração da lógica e do progresso. São os requisitos que devem nortear qualquer sistema de ensino superior, são os que comandam todo processo de desenvolvimento cultural que o queira ser, ao mesmo tempo, racional e prático, visando ao progresso da ciência e o bem da coletividade que pretende servir.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Linu Prestes*.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Pelo nobre Senador Linu Prestes foi lido e justificado da tribuna projeto de lei dispondo sobre o ensino farmacêutico e dando outras providências.

Submeto a referida proposição ao apoio dos Srs. Senadores. (Pausa).

Requerimento n. 254, de 1938

Com fundamento no art. 127, letra e, do Regimento Interno, requerio que o Senado se faça representar por uma Comissão de 6 membros nas cerimônias religiosas que se realizarão

no dia 23 do corrente em sufrágio da Alma do saudoso Senador Nereu Ramos.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE:

Designo os Srs. Senadores Gilberto Marinho, Francisco Gallotti, João Villasbôas, Gomes de Oliveira, Bernardes Filho e Domingos Vellasco. (Pausa).

Vai ser lido outro requerimento.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n. 255, de 1938

Nos termos do art. 37, § 3.º do Regimento Interno do Senado, requer, que seja alterada a constituição da Comissão Mista, objeto do Projeto de Resolução n.º 144, de 1937, da Câmara dos Deputados, no sentido de ser o número dos seus Membros aumentado de 6 para 8.

Justificação

A ultimação e inauguração em 30 de junho do corrente ano, do primeiro grande grupo de obras de Brasília, bem como de rodovia de acesso, assinala o momento asado para a incen-tivação dos estudos e decretação de medidas legislativas complementares, para a concretização da transferência da Capital, na data fixada em lei.

O aumento do número de Membros da Comissão Mista visa a integração na mesma, dos Presidentes das Comissões Especiais da Mudança da Capital das duas Casas, que assim poderão prestar colaboração direta e também coordenar trabalhos, fazendo os resultados das Comissões Especiais, quando convenientes e oportunos, presentes à Comissão Mista.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Coimbra Bueno*.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia. (Pausa)

Sobre a mesa requerimentos de urgência.

São lidos os seguintes requerimentos.

Requerimento n. 256, de 1938

Nos termos do art. 156, § 3.º, combinado com o art. 126, letra J, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1938, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Kerginaldo Cavalcanti*. — *Gilberto Marinho*. — *Noves Filho*. — *Gomes de Oliveira*. — *Victorino Freire*. — *João Villasbôas*. — *Fernandes Távora*. — *Reginaldo Fernandes*.

Requerimento n. 257, de 1938

Nos termos do art. 156, § 3.º combinado com o art. 126, letra J, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1938, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para exercício de mandato legislativo federal.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Calado de Castro*. — *Gomes de Oliveira*. — *Francisco Gallotti*. — *Coimbra Bueno*. — *Fernandes Távora*. — *Jureu de Moraes*. — *Othon Mader*. — *Sulvio Curvo*.

O SR. PRESIDENTE:

Também esses requerimentos serão votados depois da ordem do dia. (Pausa).

Sobre a mesa parecer que vai ser lido.

É lido o seguinte

Parecer n. 254, de 1938

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1938.

Relator: Sr. Júlio Leite.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 16, de 1938, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1938. — *Públio de Mello*, Presidente eventual. — *Júlio Leite*, Relator. — *Ruy Palmeira*.

ANEXO AO PARECER N.º 254 DE 1938

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1938, que isenta da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública, cujos membros de suas Direções não percebem remuneração.

Ao Projeto (Emenda n.º 1-C).

1) Dê-se aos artigos 1.º e 2.º a seguinte redação:

"Art. 1.º As entidades filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública e cujos cargos de direção não sejam remunerados, passarão a contribuir, exclusivamente, para os Institutos de Aposentadoria e Pensões, na qualidade de empregadores, com importância correspondente a um décimo da quota devida à previdência social pelos seus empregados, sem prejuízo dos direitos a esses conferidos pela legislação previdenciária".

2) O artigo 3.º passará a 2.º.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer que acaba de ser lido versa sobre matéria em regime de urgência.

Em discussão a redação final constante do referido parecer.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo da emenda do Senado, designo o nobre Senador Vivaldo Lima. (Pausa).

Sobre a mesa mais um requerimento.

É lido e aprovado o seguinte.

Requerimento n. 258, de 1938

Nos termos do art. 123, letra a, do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1938, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1938. — *Rui Palmeira*.

O SR. PRESIDENTE:

Dispensado do interstício regimental, o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1938, será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão. (Pausa).

Vão ser lidos dois ofícios.

São lidos os seguintes ofícios.

OFÍCIO

Em 20-6-1938.

Senhor Presidente,

Achando-se enfermo o Sr. Senador Onofre Gomes, solicito se digne Vossa Excelência designar-lhe substituto temporário na Comissão de Finanças, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — *Vivaldo Lima*.

OFÍCIO

Em 20-6-1938.

Senhor Presidente,

Achando-se ausente desta Capital o Sr. Senador Daniel Krieger, solicito se digne Vossa Excelência designar-lhe substituto temporário na Comissão de Finanças, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — *Vivaldo Lima*.

Designo os nobres Senadores Francisco Gallotti e Rui Palmeira.

Na sessão de hoje foi lida a Mensagem n.º 184, em que o Sr. Presidente da República comunica as razões do veto ao projeto de lei que inclui nas funções de extranumerário mensalista das tabelas únicos do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinheiros e Escolas Técnicas Profissionais, e dá outras providências.

A fim de conhecerem desse veto convoco as duas casas do Congresso Nacional para sessão conjunta, no dia 10 de julho do corrente ano, às 15 horas, sem prejuízo da matéria constante de outra convocação anteriormente feita.

Para a Comissão Mista que o deverá relatar designo os Srs. Senadores: *Gilberto Marinho*. — *Matas Olímpio* e *Mem de Sá*.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eleição dos representantes (3) do Senado na Comissão Mista destinada a estudar e sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, legislativa e judiciária da futura capital da República (criada em virtude do Requerimento n.º 548, de 1937, do Senado, aprovado em 22-10-1937, com aquiescência da Câmara, dada através da Resolução número 129, de 1938).

O SR. PRESIDENTE:

Vou suspender a sessão por alguns minutos a fim de que os Srs. Senadores possam munir-se de cédulas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo

ador) — Sr. Presidente, ignora o critério que inspirou a escolha dessa Comissão de três membros para deliberar sobre assunto de magna importância, que interessa a toda a Nação. Já mesmo aditivo pelo qual se cria mais um membro para essa Comissão

A primeira vista parece haver critério aleatório, porque, na verdade, os Partidos é que se deveriam representar nesta Comissão, que não deveria ser composta pela forma por que vai ser.

Mandarei à Mesa emenda ao Requerimento n.º 548, de 1957, a fim que todos os Partidos tenham representantes na Comissão.

Para o assunto pediria a atenção de V. Exa. data vênua, declaro, que no particular, será uma sugestão perfeitamente aceitável, a da representação partidária integral nessa comissão.

O Sr. Coimbra Bueno — Permite V. Exa. um esclarecimento?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Coimbra Bueno — Certos assuntos relacionados com a nova capital estão sendo deixados de lado, até certo ponto, para serem renovados agora com a inauguração, marcada para o próximo dia 30, do primeiro grande grupo de obras de Brasília, que dá, por assim dizer, base para um crédito de realização a curto prazo. O momento, que julgamos feliz, para uma atuação maior no Parlamento, é justamente esse. A comissão foi sugerida, o ano passado pelo nobre Senador João Villasboas, cuja idéia era compor um órgão restrito, de apenas seis membros, juristas, três do Senado e três da Câmara dos Deputados, com a incumbência de estudar justamente os aspectos da interiorização — como V. Exa. pode ver de próprio funcionamento da Comissão — sob os pontos de vista legislativo, jurídico e político-administrativo. Tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal existe uma Comissão de Mudança da Capital, composta de cinco membros, a qual começará a funcionar a partir do momento julgado azado. Isto é, o dia 30 do corrente. Tratará de todos os assuntos relativos à nova capital. Este o esclarecimento que julgo conveniente dar a V. Exa. reafirmando que a comissão ora objeto de vossa apreciação destina-se exclusivamente a assuntos restritos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, a explicação que bondosamente me dá o nobre Senador Coimbra Bueno mais me convence da necessidade de se fazerem representar todos os Partidos nessa comissão. O critério de comportar apenas juristas não é suficiente, porque, creio, todos os Partidos deles dispõem nesta Casa.

Até mesmo o Partido Socialista Brasileiro, que só conta com um representante, tem como jurista o nobre Senador Domingos Vellasco, autor de obras de Direito.

Dai não poder eu ainda aceitar esse ponto de vista.

Acredito que V. Exa., Sr. Presidente, depois de consultar a Casa, certamente se inclinará pela representação partidária. Ao contrário, será, exceção que não se justificará pelo menos, a meu ver.

Assim, enviarei à Mesa emenda aditiva ao requerimento. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, considerando a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, tem a esclarecer:

Em 22 de outubro de 1957, o nobre Senador João Villasboas enviou à

Mesa Requerimento n.º 548, assim redigido:

"Nos termos do Art. 37, § 3.º do Regimento Interno do Senado Federal requeiro a constituição de uma Comissão Mista, composta de três Senadores e três Deputados, para estudar e sugerir medidas legislativas que regulem a organização política-administrativa, legislativa e judiciária da futura Capital da República, como também as normas legais para que o atual Distrito Federal se transforme em Estado da Guanabara".

O Requerimento foi aprovado sem qualquer impugnação. A Mesa do Senado tomou providências, para que a Câmara dos Deputados se manifestasse em relação ao aludido requerimento. O assunto foi ali examinado e igualmente aprovado.

Neste momento, em obediência à deliberação das duas Casas do Congresso, o Plenário deverá apenas proceder à eleição dos três membros, que deverão representar o Senado Federal na Comissão Mista, conforme dispõe o Regimento Interno no Artigo 37 § 3.º:

"Art. 37. As comissões especiais são internas, externas e mistas."

§ 3.º — As mistas, compostas de membros das duas Casas do Congresso Nacional, em número igual, serão eleitas no dia imediato ao do assentimento da Casa que receber a proposta para sua criação."

Não especifica nenhum outro critério, a não ser o de que se proceda à escolha por eleição.

Creio estar assim devidamente solucionada a questão de ordem suscitada pelo nobre representante do Estado do Rio Grande do Norte, Senador Kerginaldo Cavalcanti. Há ainda a considerar que o eminente Senador Coimbra Bueno enviou à Mesa Requerimento, já lido para o Plenário, na qual solicita a alteração da Comissão proposta no Requerimento do Senador João Villasboas. A proposição será discutida e votada no fim da Ordem do Dia. Creio que essa seria a oportunidade regimental para que se procedesse a qualquer alteração relativamente à constituição da Comissão Mista criada a requerimento do nobre Senador João Villasboas.

Penso estar, assim, resolvida a questão de ordem do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ao que me parece, deixa V. Ex.ª ressalvado, para o final da Ordem do Dia, a possibilidade da Emenda que desejo oferecer. Creio que assim interpretei, com justiça, as palavras de Vossa Excelência. Se estiver equivocado, peço as retifique. Aguardar-me-ei para essa oportunidade.

Ademais, porque, como se vê do Requerimento de autoria do nobre Senador Coimbra Bueno, representa afinal, modificação naquilo que foi pautado na Câmara dos Deputados e, possivelmente, no Senado. Se é possível infringir aquilo *sic* *quo*, creio me será perfeitamente facultado uma gestão de caráter diferente.

Dai por que, com a devida vênia de V. Ex.ª trago minha argumentação ao conhecimento do Senado e, ao mesmo tempo, a minha ponderação de que não julgo razoável a sugestão apresentada nesta Casa. Na oportu-

nidade, entrarei com a Emenda respectiva. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em Requerimento enviado à mesa o nobre Senador Coimbra Bueno propõe se amplie a Comissão Mista que estabelecerá as normas referentes à situação jurídica do atual Distrito Federal.

Evidentemente, cabe a qualquer Senador oferecer em requerimento, por escrito, sugestões, emendas e alterações que julgar convenientes; delas, oportunamente, a Mesa dará ao Plenário o devido conhecimento.

Vou suspender a sessão, por três minutos, a fim de que os Srs. Senadores se munam das cédulas para eleição dos três Membros que comporão a Comissão Mista, já anunciada.

Está suspensa a sessão.

(A Sessão é suspensa às 16 horas e 27 minutos e reiniciada às 16 horas e 30 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão. Vai-se proceder à eleição.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguarda a emenda do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, que será oportunamente examinada.

O Sr. Senador Coimbra Bueno pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à eleição.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Pela ordem) Sr. Presidente, estimaria que V. Ex.ª informasse se a eleição se fará apenas com três nomes, ou se não haverá inconveniente em que primeiro sejam votados os requerimentos, que alteram substancialmente o número das pessoas indicadas para fazerem parte da comissão.

O SR. PRESIDENTE — Entende a Mesa que a eleição deve efetuar-se, nos termos da Resolução aprovada pela Câmara e o Senado; se outra deliberação for tomada por ambas as Casas do Congresso, oportunamente se fará a alteração.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.ª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder à chamada para a votação.

(Precede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Prisco dos Santos. — Victorino Freire. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Ary Vianna. — Caetano de Castro. — Gilberto Marinho. — Domingos Vellasco. — Coimbra Bueno. — Sylto Curvo. — Fílio Müller. — Othon Mäder. — Gomes de Oliveira. — Francisco Galotti. — Mem de Sá. (18)

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 18 Srs. Senadores; com o Presidente, 19.

Não há número. Fica adiada a votação.

Prossegue-se na discussão das matérias constantes da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1957, que retifica, sem ônus, a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1953, tendo pareceres, sob ns. 82, 83 e 212, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favoráveis e de Finanças, contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 282, de 1957, que modifica os §§ 1.º e 2.º do art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950 e acrescenta-lhe os §§ 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10, tendo pareceres, sob ns. 221 a 223, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, de Educação e Cultura, favorável, com as emendas que oferece, de números 1 e 2-C, e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1958, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Irmã Wurmli d'Ávila Mello, viúva do Engenheiro Frederico d'Ávila Bultenourt Mello, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 29 e 230, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa emenda que vai ser lida.

É lida e apoiada a seguinte:

EMENDA Nº 1

Acrescente-se, no final do art. 1.º:

Igual pensão seja concedida a Dona Maria Chaguinhas de Oliveira Bastos, viúva do ex-servidor público Joaquim José da Oliveira Filho, enquanto viúva for.

Justificação

Essa medida se apoia nos seguintes motivos:

1.º — A beneficiária é viúva de um velho telegrafista que, por mais de 30 anos, serviu dedicada e proficuamente ao País, falecendo em grande pobreza, sem deixar qualquer economia, pensão ou montepio de espécie alguma;

2.º — Foram sempre ninguéns os seus ordenados e não pertenceu a quadro do IPASE, porque a inscrição não era automática e esse Instituto só foi organizado, tardiamente, por ele;

3.º — Viveu, trabalhou e morreu no interior do Ceará, sem conforto, não deixando patrimônio suficiente para manutenção de sua viúva;

— Há um grande número de sessões semelhantes, e não seria compreensível que, somente no caso de aprêço, se afastasse o Senado de invariável equidade.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1958. — *Fernandes Távora.*

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e a emenda (Pausa).

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão (Pausa).

Encerrada.

O projeto volta às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, para opinarem sobre a emenda plenário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 90, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Distrito Federal (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Neves da Rocha), tendo parecer favorável (n.º 247-58) da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa emendas que vão ser lidas.

São lidas e apoiadas as seguintes emendas:

EMENDA N.º 1

1) Acrescente-se o seguinte artigo e será o 2.º:

Art. — São, igualmente, concedidos os seguintes auxílios, a entidades do Rio Grande do Norte, para construção, aquisição ou ampliação de suas sedes:

a) à Sociedade Escolas e Ambulatórios S. José, à rua S. João n.º 3, bairro das Roca: — Cr\$ 1.000.000,00;

b) à Escola de Filosofia do Rio Grande do Norte — Cr\$ 2.500.000,00;

c) à Associação dos Ex-Combatentes do Rio Grande do Norte — Cr\$ 1.000.000,00;

d) à Clínica Pedagógica Heitor Marinho — Cr\$ 2.500.000,00.

2) Consequentemente, transforme-se em art. 1.º o art. 2.º e em art. 3.º o art. 1.º, com a seguinte redação:

“Art. 1.º O Poder Executivo autoriza a abrir os seguintes créditos especiais:

— de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) pelo Ministério da Educação e Cultura, para os fins constantes do art. 1.º;

— de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) pelo Ministério da Educação e Cultura, para os fins constantes do art. 1.º;

— de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) pelo Ministério da Educação e Cultura, para os fins dos itens a, b e c do art. 2.º;

— de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para os fins do item d do mesmo art. 2.º.”

Justificação

Trata-se de instituições altamente territoriais. A obra, que vem realizando, no campo cultural ou assistencial, assegura-lhes direito ao título de benemerência. Todavia, tendo elas com dificuldades imensas, justo que o poder público as socorra, pelo menos com recursos que lhes seja possível a obtenção de sedes dignas e que lhes permitam o desenvolvimento dos seus serviços.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1958. — *Kerginaldo Cavalcanti.*

EMENDA N.º 2

Acrescente-se o seguinte artigo que será o segundo alterada a numeração do atual art. 2.º:

“Art. 2.º E, igualmente, o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para auxílio à Sociedade “Civil Faculdade de Odontologia de Pernambuco, mantenedora da Faculdade de Odontologia de Pernambuco e destinado à aquisição e administração do prédio para a sede do mesmo estabelecimento de ensino”.

Justificação

A Faculdade de Odontologia de Pernambuco, estabelecimento de ensino superior, fundada em 18 de março de 1955 e autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 42.880 do Exmo. Senhor Presidente da República, vem funcionando regularmente com 43 alunos matriculados na sua primeira série.

A referida Faculdade que tem como Sociedade mantenedora a Sociedade Civil de Odontologia de Pernambuco e como sociedade cooperadora a Associação Pernambucana de Odontopediatria, está funcionando provisoriamente na sede desta última Associação, na rua do Hospício, 949.

O referido prédio, juntamente com os de ns. 923 e 957, deverão ser demolidos no próximo ano, a fim de seus proprietários construírem um grande edifício de apartamentos. A Faculdade de Odontologia de Pernambuco ficará em situação difícil em relação a questão de sede razão pela qual o Governo Federal deve vir em seu auxílio, proporcionando-lhe os meios para adquirir um prédio e nele realizar as adaptações, reformas e ampliações necessárias ao perfeito funcionamento da Faculdade.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1958. — *Apollônio Salles.*

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa).

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. (Pausa).

Encerrada.

O projeto volta à Comissão de Finanças para que se pronuncie sobre a emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o requerimento n.º 255 do nobre Senador Coimbra Bueno, de n.º 255, de 1958, lido na hora do expediente. A esse requerimento foi oferecida emenda, de autoria do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, mudando o número de membros que devem integrar a comissão.

E' lida a seguinte emenda.

EMENDA N.º 1

Ao Requerimento n.º 255, de 1958.

Acrescente-se:

Ao invés de 8.

Diga-se 16, sendo 8 Deputados e 8 Senadores.

Justificação

Feita da tribuna.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1958. — *Kerginaldo Cavalcanti.*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, solicito a retirada do meu requerimento para apresentá-lo em outra oportunidade, quando estiver presente na Casa o nobre Senador

João Villasboas o autor do primeiro requerimento inicial. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa deferiu o requerimento do nobre Senador Coimbra Bueno porque tem inteiro fundamento no Regulamento.

Está prejudicada a emenda oferecida ao requerimento.

Deixo de submeter à votação da Casa por falta de número os dois requerimentos de urgência ns. 256 e 257 lidos na hora do expediente.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Sr. Presidente, pego a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A RESOLUÇÃO DO ORADOR, SERA POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa comunica aos Srs. Senadores que na próxima segunda-feira, dia 23, se realizarão, na Igreja da Candelária, às 11,30 horas, as cerimônias religiosas em sufrágio da alma do saudoso Senador Nereu Ramos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Eleição dos representantes (3) do Senado na Comissão Mista destinada a estudar e sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa legislativa e judiciária da futura capital da República (criada em virtude do Requerimento n.º 548 de 1957 do Senado, aprovado em 2-10-1957, com aquiescência da Câmara, dada através da Resolução n.º 129 de 1958).

2 — Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 67 de 1957, que retifica, sem ônus, a Lei 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estimula a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1953, tendo pareceres, sob ns. 82, 83 e 212, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favoráveis, e de Finanças, contrário.

3 — Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara 262 de 1957, que modifica os §§ 1.º e 2.º do art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e acrescenta-lhe os §§ 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º, tendo pareceres, sob ns. 221 a 223, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, de Educação e Cultura, favorável, com as emendas que oferece, de ns. 1 e 2-C, e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Educação.

4 — Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 256, de 1958, do Sr. Kerginaldo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regulamento Interno, para o Projeto de Lei n.º 99, de 1958, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

5 — Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 257, de 1958, do Senhor Caiado de Castro e outros Senhores Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regulamento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1958, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para o exercício de mandato legislativo federal.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 1957, que eleva à categoria de Escolas Técnicas

as Escolas Industriais, da rede federal, tendo pareceres contrários, sob números 199 e 200 de 1958 das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

7 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1958, que abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para socorrer as vítimas da explosão de Gramacho, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro e do incêndio em Guaratinsueta, Estado de São Paulo, tendo parecer sob n.º 202 de 1958 da Comissão de Finanças, favorável com a emenda que oferece, de n.º 1-C.

8 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na conclusão das obras do Parque Regional da Exposição Agro-Pecuária Industrial, tendo parecer favorável, sob n.º 204, de 1958, da Comissão de Finanças.

9 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 98, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho Industrial, o Comércio o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com a realização da I Exposição Brasileira de Alimentação (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do Senhor Senador Rui Palmeira tendo parecer favorável (sob n.º 248 de 1958) da Comissão de Finanças.

10 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1958, originário do Senado Federal, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), assinado em Quebec, em 1945 (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu parecer n.º 213 de 1958, sobre a Mensagem n.º 95 de 1957, do Sr. Presidente da República), tendo pareceres favoráveis, sob ns. 214 a 216, de 1958, das Comissões da Saúde Pública, de Economia, e de Relações Exteriores.

11 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1957, que dispõe sobre a substituição de títulos eleitorais e dispensa, nos casos que enumera, a constituição da nova processo de alistamento, tendo parecer contrário sob n.º 229, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas.

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR SENADOR CUNHA MELLO NA SESSÃO DE 6-6-1958, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. CUNHA MELLO:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Publicaram os jornais de ontem, a desatenciosa carta que, a propósito de sua saída do D.C.T., dirigiu o Coronel Alberto Bittencourt ao Sr. Presidente da República.

Já o País está acostumado aos ruidosos discursos, cartas, conferências e publicações que, a todo o pretexto e sem pretexto algum, o ex-auxiliar de confiança do Governo, leva às antenas de rádios e nos pelos de nossa imprensa.

Ainda recentemente, esse bravo Coronel lançou ao país a famosa ameaça de uma terceira data. Ninguém lhe pediu explicação de como e quando chegaríamos a essa terceira data.

Não me mereceria qualquer atenção mais uma sua ruidosa manifestação se, na mesma, sua senhoria não extravasasse o seu atual *junior* *esperando*, brindando-me com gr. seiras, injustas e inoportunas referências, chegando até a injuriar-me.

Sabe o Senado que, quando tive a confiança honrosa de ser líder da maioria, substituindo o nosso grande líder, Senador Filinto Müller, apresentei um substitutivo a um projeto de radiodifusão de autoria do Sr. Marcondes Filho que, com tanta inteligência e cultura, nesta Casa, representou o Estado de São Paulo.

Referindo-se a esse trabalho meu, o Coronel Alberto Bittencourt, de quem não aceitei sugestões, a quem não ouvi, considera-o na sua carta — um *leilão* *amoral*, de origem *entreguista*, de forte sabor *alienígena*, de características *definitivamente comerciais*.

Nessa carta, verdadeiro libelo contra diversos setores do Governo a que serviu durante dois anos, não sei o que mais estranhar — se um gesto de indisciplina, pois, ainda no desempenho de funções civis, não perde a sua qualidade de ouli disciplina, pois, embora no desempenho de funções de militar, ou se as injúrias com que ele procurou atingir-me e ao Ministro da Viação, este, duas vezes, no caso, seu superior hierárquico; a mim, citando-me nominalmente.

Se houve indisciplina na publicação ao que me consta, não autorizada, de sua carta ao Presidente da República, não me cabe apurá-la, nem censurá-la.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Compreendo que V. Exa. esteja possuído de indignação e preste esses esclarecimentos ao Senado. A palavra, porém, do nobre colega não apenas no Senado, mas através de uma longa vida pública, é suficiente para afastar de V. Exa. a pecha que se lhe procurou lançar.

Em toda sua atuação na vida pública, V. Exa. sempre demonstrou ser um grande patriota, a serviço dos supremos interesses nacionais.

O SR. CUNHA MELLO — Tão autorizado é V. Exa., Senador Filinto Müller, não só como Líder da Maioria mas, também, pela sua atuação no Senado e pela sua dignidade, que pode falar em nome de toda a Casa. Recebo, pois, o aparte de V. Exa. como a própria opinião do Senado.

O Sr. João Villasboas — A Minoría, solidariza-se com o nobre Senador Filinto Müller nos conceitos que acaba de externar em relação à atuação de V. Exa.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado a V. Exa., Senador João Villasboas.

O Sr. Fernandes Távora — Diz muito bem o nobre Senador João Villasboas. As palavras do ilustre Senador Filinto Müller representam a opinião do Senado.

O SR. CUNHA MELLO — Agradeço a V. Exa. Senador Fernandes Távora.

Sr. Presidente, poderia terminar agora meu discurso; poderia considerar os apartes de meus eminentes colegas: chamo de ouro ao protesto que trago ao conhecimento do Senado e da Nação.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Pois não.

O Sr. Juracy Magalhães — Esposei perante o Senado as emendas sugeridas pelo meu colega, Coronel José Alberto Bittencourt, ao substitutivo de V. Exa. sobre a utilização da rádio-difusão no Brasil. Tenho, portanto, a autoridade de divergir daquele nobre colega, para dar meu testemunho de que V. Exa., por sua atuação patriótica, nunca poderia ser tachado de «entreguista» quando, pelo vigor dessa mesma atuação, se revelou sempre uma sentinela na defesa dos interesses nacionais.

O SR. CUNHA MELLO — V. Exa. Senador Juracy Magalhães, não tem apenas autoridade para, neste caso, referir-se às suas emendas: tem-na, também, para me apartear pelo seu grande e honroso passado de homem público.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Com todo o prazer.

O Sr. Novaes Filho — V. Exa., pelo seu passado, pela sua vida pública exemplar, estaria dispensado dos esclarecimentos que presta à Casa, mas que vão bem, porque revelam a altivez e a dignidade de V. Exa.; nesta hora feridas com tanta injustiça.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado a V. Exa., Senador Novaes Filho.

O Sr. Mem de Sá — Faço minhas as palavras do meu Líder, Senador Novaes Filho. Poucas vezes tenho encontrado em minha vida, um homem de atitudes tão elevadas e de tanta dignidade e nobreza de caráter como V. Exa.

O SR. CUNHA MELLO — Obrigado a V. Exa., Senador Mem de Sá.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Com satisfação.

O Sr. Gilberto Marinho — A opinião expendida pelo nobre Senador Mem de Sá, estou certo, é a de todos os colegas que nesta Casa, durante três anos, tiveram a honra de ser, presididos na Comissão de Constituição e Justiça pelo notável saber jurídico e pela ilibada atuação de V. Exa.

O SR. CUNHA MELLO — Obrigado a V. Exa., Senador Gilberto Marinho.

Sr. Presidente, soubesse eu que poderia merecer desta Casa esses conceitos a que tenho procurado fazer jus, jamais teria vindo à tribuna a fim de lançar este repto, para que se prove que eu, no Senado, no caso do Substitutivo ao Projeto de Rádio-Difusão procedi obedecendo a interesses subalternos contra os próprios interesses do País.

O Sr. Jorge Maynard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Com todo o prazer.

O Sr. Jorge Maynard — Falo em nome da Bancada do Partido Social Progressista. V. Exa. está muito acima dessas acusações mesquinhas.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado a V. Exa. e aos componentes do seu Partido, que, aliás, já fora nobre e generoso quando da minha eleição no Amazonas. Naquela ocasião, o Partido Social Progressista, por intermédio do seu Chefe, declarou que eu não era seu candidato ao Senado, mas que merecia ser eleito pelo povo amazonense porque tinha um passado de grande homem público.

Muito obrigado a V. Exa., Senador Jorge Maynard. O aparte de V. Exa. e a solidariedade que me manifesta confirmam o gesto, nobre e no-

bilitante, para mim, do seu Partido, quando eu procurava ingressar no Senado.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Pois não.

O Sr. Atílio Vivacqua — Divergi de V. Exa. quanto à orientação do referido projeto, mas não poderia deixar de respeitar seu ponto de vista, cuja sinceridade de propósitos tem o penhor de sua longa vida pública assinalada pelo mais alto espírito patriótico. O meu Partido presta, também, a V. Excelência, como as demais bancadas, a homenagem do mais elevado apreço.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado a V. Exa. Senador Atílio Vivacqua.

Contra as suas injúrias, a sua deslealdade, venho a esta tribuna para formular o meu protesto e reptá-lo a provar que, no meu trabalho, de qualquer maneira, me orientei defendendo interesses estrangeiros, entreguistas ou comerciais.

Quando ofereci ao Senado um substitutivo ao trabalho do ilustre Senador Marcondes Filho, procurei atualizar esse trabalho de acordo com o exemplo e os figurinos da mais moderna legislação mundial.

Colhi as observações dos mais renomados técnicos no assunto, nacionais e estrangeiros, não só quando da minha atuação, como depois de apresentar o meu trabalho ao Governo e aos seus ilustres consultores.

Tão isenta e superior foi a minha atuação, tão insuspeito foi o meu trabalho, que, muitas emendas da oposição, nesta Casa, defendidas pelos nobres Senadores Mem de Sá e João Villasboas, foram por mim aceitas e incluídas no meu substitutivo, depois de levadas ao conhecimento do Governo.

Por essa época, o Coronel Alberto Bittencourt andou pelas salas do Senado, procurando apresentar algumas emendas, que, se não foram aceitas e defendidas pela digna minoria, a mim nenhuma culpa cabe.

Nessas emendas, recorde-se de passagem, não havia conformidade com os propósitos liberais-defendidos pela oposição.

Pessoalmente, então, sua senhoria não jogou com o prestígio do seu cargo; não tornou públicas as suas elucubrações de patriota, de nacionalista e outros propósitos.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Queria lembrar a V. Exa. que a emenda do grupo a que se refere, sustentada pelo nobre Senador Domingos Velasco e pela qual se mantinha o monopólio nacional do Serviço de Comunicações Telegráficas Internas, foi aceita com a declaração expressa de V. Exa. de que a espousava e retirava o parecer contrário, o que lhe valeu grandes elogios e agradecimentos dos Senadores Domingos Velasco e Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado pelo subsídio histórico que V. Exa. foi buscar nos *Anais do Senado*, para patentear mais a injustiça das alegações levianas do Coronel José Alberto Bittencourt.

A despeito do seu truismo, tantas vezes demonstrado em excessos, até de indisciplina, ninguém o tomou senão

como um burocrata, a serviço de repartição, já devidamente robustecido com um aumento de taxas, que tornava quase inacessíveis os serviços do D.C.

Tivesse sua senhoria mais cuidado e mais solicitude em promover a remoção da correspondência confiada a esse serviço, e não pressa em publicar as cartas que dirige ao Sr. Presidente da República, e, assim, teria servido melhor a sua ex-repartição e ao país.

Naquela ocasião, sim, seriam razoáveis e oportunas as ameaças de demissão do seu cargo, de terceira data e de outros gestos, justificáveis pelo seu comportamento *excessivamente militar*. Agora é tarde. E' explosão; é máguia. E' sejo de ofender e injuriar a quem merece as suas acusações precipitadas, e, por isto mesmo, levianas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha vida pública é um livro aberto, à disposição de quem quiser lê-lo. Quer conhecer, muito exemplo encontro sem falsa modéstia, a imitar e seguir.

Está ao sabor dos mais minuciosos pesquisadores, desde os tempos em que chefi, mesmo nesta Casa, diverte campanhas visando à manutenção do nosso patrimônio e, o respeito de nossa soberania.

Sempre fui um patriota sincero, nunca me julgando quite com a minha pátria. Nesse meu procedimento, nunca sofri urticárias de privilégios, nem de complexos de monopólios.

Compreendo o patriotismo, sem jacobinismos, sem euforias de ufanismo, sem envenenamentos de derrotismos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando apresentei o meu substitutivo ao projeto Marcondes Filho, por inspiração do Governo, e, com seu apoio, depois de escrupuloso estudo de caráter técnico, com isenção de ânimo e rijeza de atitude.

Não cometi traições; nem fui conduzido por interesses subalternos ou por espírito entreguista, cuja acusação eu não volto intacta ao seu autor, feita em uma crise nervosa, precipitada, desabusada, sem uma observação serena dos fatos.

O nacionalismo sadio e autêntico, mais se mistura com falsas intenções verdes ou vermelhas, nem com indivíduos visivelmente interessados em perturbações da ordem, impatrióticas e anti-democráticas.

O que fiz, nesta Casa, com o projeto de radiodifusão, está no conhecimento de todos os meus nobres colegas, testemunharam a maneira lisa e intransigente com que procedi, ouvindo interessados e técnicos, aceitando diversas sugestões, algumas do Ministério da Viação, outras de Consultores do Governo, do General Mourão Filho, retór da Comissão Técnica de Rádio dos meus nobres colegas da minoria nesta Casa, entre os quais os Senadores João Villasboas e Mem de Sá.

Dispensado das funções burocráticas que ocupava, arvora-se o Coronel Bittencourt em descobridor de nacionalismo, em vexillário do patriotismo e amor ao Brasil e aos seus problemas. Defenda essas suas pretensões sem injuriar a quem quer que seja.

Os termos descorteses e injuriosos que fui agraciado na carta do diretor do D.C.T., não me atingem. Estou certo de que, no caso, no assunto, como em qualquer outro, cumpri meu dever de consciência e honra, dignidade do meu mandato como Senador da República.

Era o que tinha e devia dizer. (A bem! Muito bem! Palmas. O orador vivamente cumprimentado.)

